



Lisbon School  
of Economics  
& Management  
Universidade de Lisboa

U LISBOA

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

**MESTRADO**  
**DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO**  
**INTERNACIONAL**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
**DISSERTAÇÃO**

**A INTERVENÇÃO DAS MULHERES NA RESPOSTA  
À CRISE HUMANITÁRIA NO AFGANISTÃO**

**CAROLINA CONDEÇO RAMOS DA CUNHA**

**OUTUBRO-2022**



Lisbon School  
of Economics  
& Management  
Universidade de Lisboa

U LISBOA

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

## **MESTRADO**

### **DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

#### **TRABALHO FINAL DE MESTRADO**

#### **DISSERTAÇÃO**

**A INTERVENÇÃO DAS MULHERES NA RESPOSTA  
À CRISE HUMANITÁRIA NO AFEGANISTÃO**

**CAROLINA CONDEÇO RAMOS DA CUNHA**

**ORIENTAÇÃO:**

**PROFESSORA DOUTORA ROSANA ALBUQUERQUE**

**CO- ORIENTAÇÃO:**

**PROFESSORA DOUTORA SARA FALCÃO CASACA**

**OUTUBRO-2022**

## AGRADECIMENTOS

Às minhas orientadoras, a Professora Doutora Rosana Albuquerque e a Professora Doutora Sara Falcão Casaca, pela valiosa orientação e supervisão que contribuíram para a conclusão bem-sucedida desta dissertação.

A todas as pessoas entrevistadas, pela disponibilidade para partilharem os seus testemunhos de coragem, sem a sua dedicação e resiliência esta investigação não seria possível. Espero conseguir honrar todas as lições que me proporcionaram. ENG: To all the people interviewed, for their willingness to share their testimonies of courage, without their dedication and resilience this research would not be possible. I hope I can honor all the lessons they have provided me with.

Ao meu pai e aos meus amigos pelo grande apoio e compreensão ao longo de todo o meu percurso académico, e aos meus colegas de faculdade pela entreaajuda.

## RESUMO

As mulheres afegãs são afetadas pela falta de acesso à educação, ao mercado de trabalho e à saúde, através de práticas de segregação sexual, sendo esperado que estas desempenhem papéis tradicionais de género. Em adição, são vítimas de várias práticas de violência baseada no género. Nos últimos anos esteve em curso um processo de paz que consagrava a igualdade de género e tentava proteger as mulheres contra a violência. Em agosto de 2021, os Talibã tomaram conta de Cabul, revertendo o progresso feito nas últimas duas décadas pelos direitos das mulheres.

Esta dissertação procurou compreender o papel das mulheres afegãs nos processos formais e informais, necessários à construção de uma paz positiva. Neste sentido, procedemos à revisão da literatura existente e à realização de oito entrevistas, de forma a identificar não só os principais obstáculos e desafios à intervenção das mulheres nos processos de paz, mas também as oportunidades existentes. Por muitas barreiras à intervenção das mulheres afegãs na resposta à crise humanitária, a sua dedicação e resiliência pretendem transformar o enquadramento normativo e social da comunidade.

Palavras-chave: Afeganistão; paz; direitos das mulheres; violência contra mulheres; igualdade de género

## ABSTRACT

Afghan women are affected by a lack of access to education, the labor market, and health care, through sex-segregated practices, and are expected to play traditional gender roles. In addition, they are victims of various gender-based violence practices. In recent years a peace process was underway that enshrined gender equality and attempted to protect women from violence. In August 2021, the Taliban took over Kabul, reversing the progress made for women's rights in the last two decades.

This dissertation tried to understand the role of Afghan women in the formal and informal processes necessary to build a positive peace. Therefore, we reviewed the existing literature and conducted eight interviews to identify not only the main obstacles and challenges to women's intervention in peace processes, but also the current opportunities. As many barriers to Afghan women's intervention in the humanitarian crisis, their dedication and resilience are intended to transform the normative and social framework of the community.

Keywords: Afghanistan; peace; women's rights; violence against women; gender equality

## ÍNDICE

|  |     |
|--|-----|
| Agradecimentos .....   | i   |
| Resumo.....  | ii  |
| Abstract.....  | iii |
| Abreviaturas.....  | v   |
| Introdução.....  | 1   |
| 1. Enquadramento da Problemática .....   | 2   |
| 1.1. Intervenções das Mulheres nos Processos de Paz: Mulheres, Paz e Segurança ..... | 2   |
| 1.2. Contextualização Histórica e Descrição do Conflito.....                         | 6   |
| 1.3. As Mulheres na Sociedade Afegã e as Políticas Talibã.....                       | 12  |
| 1.4. A Implementação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança no Afeganistão.....         | 17  |
| 2. O Papel da Mulher Afegã na Resposta à Crise Humanitária.....                      | 20  |
| 2.1. Escolha Metodológica .....  | 20  |
| 2.2. Análise do Conteúdo das Entrevistas .....                                       | 22  |
| 2.2.1. Obstáculos e Desafios.....  | 22  |
| 2.2.2. Recomendações e Perspetivas .....   | 28  |
| Conclusão .....  | 34  |
| Bibliografia.....  | 36  |
| Anexos .....   | 43  |
| Anexo I- Mapa do Afeganistão com Distribuição Étnica.....                            | 43  |
| Anexo II- Carta de Consentimento .....   | 43  |
| Anexo III- Guião da Entrevista .....   | 44  |
| Anexo IV – Listagem dos/as Entrevistados/as .....                                    | 45  |

## ABREVIATURAS

APRP: *Afghan Peace and Reintegration Programme*

CEDAW: *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women*

EUA: Estados Unidos da América

HPC: *High Peace Council*

MPS: Mulheres, Paz e Segurança

NAPWA: *National Action Plan for the Women of Afghanistan*

ONG: Organização Não Governamental

ONU: Organização das Nações Unidas

OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte

PPCs: *Provincial Peace Committees*

RCSNU: Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas

UNAMA: *United Nations Assistance in Afghanistan*

VCM: Violência Contra Mulheres

## INTRODUÇÃO

No final de 2001, após os ataques de 11 de setembro, os Estados Unidos América (EUA) invadiram o Afeganistão. Com retirada dos Talibã, viveram-se anos de tentativa de formação de um governo que salvaguardasse a paz e os direitos humanos. Em agosto de 2021, com a retirada das tropas de território afegão, deu-se um golpe militar por parte dos Talibã, recuando-se 20 anos no trabalho implementado por uma transformação social no sentido da igualdade de género.

O novo governo Talibã impôs políticas que criaram enormes barreiras à educação e ao acesso à saúde das mulheres e raparigas; restringiram as liberdades de movimento e expressão; e privaram muitas mulheres dos rendimentos do trabalho. Estas políticas repressivas discriminam mulheres e raparigas em quase todos os aspetos das suas vidas. Em adição, as mulheres afegãs são vítimas de vários tipos de violência baseada no género; não há nenhum mecanismo nacional no Afeganistão que possa abordar abertamente a escala das violações de direitos humanos.

A Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (RCSNU), juntamente com nove subsequentes RCSNU reconheceram o papel das mulheres na construção da paz, e as dimensões de género na resolução de conflitos e nos processos de paz. A agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS) conclui que os esforços de paz só são sustentáveis quando as mulheres constituem atores e parceiros iguais, em todas as fases do ciclo de paz, desde a prevenção de conflitos, até a sua resolução. Contudo, a integração desta agenda no Afeganistão, enfrenta grandes barreiras.

Através deste estudo pretende-se compreender a importância da intervenção das mulheres afegãs na resposta à crise humanitária no Afeganistão. Mais de 20 anos de progresso normativo não foram suficientes para assegurar uma representação ativa das mulheres em todas as fases dos processos formais e informais de paz, minando a existência de uma paz sustentável e duradora. Nesta lógica, orientámos o nosso estudo com os seguintes objetivos: caracterizar os principais obstáculos e limitações à intervenção das mulheres em processos de paz, identificar as oportunidades e os desafios existentes.

O presente trabalho é composto por duas partes: o enquadramento da problemática e a análise do papel da mulher na resposta à crise humanitária. Na primeira parte procede-se a uma revisão da literatura acerca da intervenção das mulheres nos processos de paz, a

contextualização histórica e descrição do conflito, assim como é examinada a posição das mulheres na sociedade afegã, as políticas talibãs e a implementação da agenda MPS no Afeganistão. A segunda parte centra-se nas opções metodológicas, análise e discussão do conteúdo das entrevistas centradas na intervenção das mulheres afegãs na crise humanitária no Afeganistão.

## 1. ENQUADRAMENTO DA PROBLEMÁTICA

### 1.1. INTERVENÇÕES DAS MULHERES NOS PROCESSOS DE PAZ:

#### MULHERES, PAZ E SEGURANÇA

Podemos definir género como um fenómeno material e cultural, que engloba não só as experiências vividas de homens e mulheres na sua relação uns com os outros, mas também as ideias que desenvolvemos para fazer sentido destas relações. As experiências materiais formam significados culturais, que por sua vez influenciam a forma como as relações vividas se desenvolvem (Bradley, 2013, como citado em Sandole & Staroste, 2015). Assim, para a igualdade de género, não só os homens e as mulheres devem ter consciência de como os conceitos de género são construídos na sua sociedade, moldando os seus papéis e expectativas, como também devem estar dispostos a transformar as relações de género existentes a todos os níveis da comunidade. A transformação das relações de género deverá ser refletida não só a nível individual, mas também em instituições onde se formulam políticas, como em estruturas de governação local e nacional e nos sistemas jurídicos, políticos, económicos e culturais (J. D. Sandole & Staroste, 2015).

A paz negativa é o entendimento mais comum de paz, e está relacionada com a ausência de violência. A paz positiva, em contraste, está centrada na criação e persecução de interesses públicos, como por exemplo a reconstrução de serviços de modo a satisfazer as necessidades da população, o cumprimento de direitos e liberdades e o restauro de relações. A construção da paz é um processo contextual, moldado pelo conflito e por todos os aspetos históricos, religiosos, económicos, políticos, culturais e regionais que contribuíram para a guerra e para a necessidade de construir a paz. Os processos de paz consistem em processos informais e formais, que necessitam de ser implementados em todas as fases do conflito. É reconhecido o papel informal das mulheres nos processos de paz, na promoção do diálogo e da tolerância intercultural e no empoderamento da

comunidade. Contudo, as mulheres são notoriamente excluídas dos processos formais de paz (Porter, 2003).

Moosa et al. (2013) verificaram que os homens associam paz à ausência de conflito a nível comunitário, regional e nacional, e à estabilidade das estruturas formais, tais como as instituições de governação. Em contraste, a compreensão de paz pelas mulheres começa ao nível das necessidades familiares e comunitárias. A paz no contexto do lar, a educação das crianças, e a realização dos direitos e das liberdades individuais, e a ausência de violência doméstica são vistos como fatores fundamentais nas perceções de paz das mulheres. Justino et al. (2018) defendem que estas divisões estão associadas a narrativas prevaletentes sobre os papéis de género na construção da paz. A intervenção das mulheres no contexto familiar é vista como mais eficaz, deixando para os homens os canais formais e o envolvimento em processos de tomada de decisões políticas.

Durante o período de conflito e pós-conflito, as mulheres assumem frequentemente papéis de pacificadoras e mediadoras nas suas famílias e comunidades. Estes incluem a criação de grupos formais e informais envolvidos, por exemplo, na desmobilização e reintegração de antigos soldados, desmilitarização e desarmamento, e desenvolvimento político pacífico (Justino et al., 2018). Em adição, devido ao seu papel social como cuidadoras, as mulheres possuem uma forte rede informal, o que lhes permite transpor grupos étnicos, culturais e religiosos, e mobilizar dentro de diversos círculos (Porter, 2003).

A violência baseada no género é uma consequência do conflito. O período de conflito e pós-conflito representa uma ameaça para mulheres, pois correm o risco de, entre outros, serem vítimas de crimes de honra ou de violência doméstica (J. D. Sandole & Staroste, 2015). A violência contra mulheres (VCM) assume diferentes formas desde situações de assédio sexual, a violação e assassinatos, sendo o patriarcado e as relações desiguais de poder reconhecidas como as principais causas desta (Qazi Zada, 2021).

Uma forte presença de mulheres em processos de manutenção de paz produz um impacto positivo ao fornecer um modelo de reivindicação. É durante o processo de construção de paz que muitas mulheres desenvolvem capacidades de liderança. É através de experiências de guerra que muitas mulheres descobrem novas capacidades e autoconfiança, através das poupanças económicas que são obrigadas a providenciar à sua

família, das negociações com oficiais, da reconstrução de casas, e na tomada de decisões comunitárias na ausência de homens (Porter, 2003).

A RCSNU 1325 sobre MPS, adotada em outubro de 2000, reconheceu que a paz é inextricavelmente ligada à igualdade entre homens e mulheres, e que a igualdade de acesso, a plena participação das mulheres nas estruturas de poder e o seu total envolvimento em todas as fases da prevenção e resolução de conflitos, são essenciais para a manutenção e promoção da paz e segurança (UN Security Council, 2000). Reconheceu ainda o impacto do conflito armado na vida das mulheres e crianças, bem como a necessidade de reforço da proteção destas contra a violência sexual relacionada com o conflito e a integração de perspectivas de género nas operações. No entanto, faltou à ONU reconhecer o envolvimento que muitas mulheres já possuíam em grupos comunitários. As suas atividades de construção de paz ocorrem principalmente dentro de grupos ou organizações de base, o que muitas vezes não é reconhecido pela comunidade nacional e internacional. As suas competências políticas não são reconhecidas, não sendo aproveitadas de modo formal em arenas políticas. O reforço do diálogo entre as operações de campo da ONU, e as Organizações não Governamentais (ONG) que trabalham com grupos de mulheres, daria mais oportunidades às mulheres locais para encontrar pontos de entrada para uma contribuição direta (Porter, 2003).

Desde 2000, houve a adoção de outras nove RCSNU<sup>1</sup> sobre MPS. Estas dez resoluções constituem a arquitetura formal da agenda MPS, e detalham medidas relativas aos seus quatro pilares: a prevenção da violência de género; a participação das mulheres em processos de paz e segurança; a proteção dos direitos da mulher; e a necessidade de estratégias de reconstrução e recuperação pós-conflito sensíveis ao género. Como resoluções vinculativas do Conselho de Segurança, devem ser implementadas por todos os Estados Membros e atores relevantes, incluindo todas as entidades do sistema da ONU (Peace Women, 2019).

Desde a implementação da RCSNU 1325, a *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women* (CEDAW), o Objetivo de Desenvolvimento do Milénio 3 que compreendia a igualdade de género e o empoderamento feminino, e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 sobre igualdade de género,

---

<sup>1</sup> 1820 (2008), 1888 (2009), 1889 (2009), 1960 (2010), 2106 (2013), 2122 (2013), 2242 (2015), 2467 (2019), e 2493 (2019).

vieram reforçar o apoio à implementação de uma perspectiva de género no desenvolvimento, e na gestão de conflitos e desafios humanitários. Contudo, mais de 20 anos após a adoção da RCSNU 1325, as participações formais das mulheres nas negociações de paz continuam a ser excecionais em vez da norma. Entre 1990 e 2014, entre 130 acordos de paz, as mulheres assinaram apenas 13. Ao contrário das expectativas, o número de mulheres que assinaram acordos de paz não aumentou desde a implementação da RCSNU 1325 (Krause et al., 2018, p. 987). Krause et al. (2018) conseguiram provar estatisticamente uma relação robusta entre acordos de paz com as mulheres signatárias e a durabilidade da paz. Concluíram também que acordos sem signatárias incluíam mais disposições no que respeita à reforma militar e à retirada das tropas, enquanto acordos com signatárias incluíam um máximo de disposições relativas à reforma política, social e económica. Em adição, Krause et al. verificaram que acordos com as mulheres signatárias, incluem uma percentagem mais elevada de disposições relativas a paz social e uma melhor taxa de implementação. O impacto positivo da presença de mulheres signatárias nos processos de paz, é explicado pelos autores pelas ligações que estas possuem com grupos de mulheres da sociedade civil.

Segundo Porter (2003), a exclusão das mulheres dos processos formais de paz deve-se à sua falta de representação em contextos militares, diplomáticos e de liderança política. As mulheres possuem pouca experiência nestes cargos pois não constituem figuras de autoridade capazes, culturalmente aceites para representar o seu povo, carecendo, entre outros fatores, de financiamento para exercerem advocacia. Em adição, o ativismo das mulheres depende da sua posição, particularmente da estrutura das relações familiares, dos rendimentos, e da facilidade de acesso às instituições estatais (Krause et al., 2018). A maior barreira ao envolvimento das mulheres nas agendas formais de paz é a persistência de normas socioculturais e valores patriarcais, que desencorajam a participação de mulheres na tomada de decisões políticas. As barreiras à participação das mulheres em processos formais de paz, contrastam com o papel ativo que estas desempenham na resolução de disputas familiares. Estas contribuições são subestimadas pois ocorrem fora dos processos formais de paz, sendo entendidas como uma extensão do papel de familiar cultural assumido pelas mulheres (Justino et al., 2018). As organizações são fundamentais para o empoderamento e cultivo das capacidades de liderança, e devem fomentar oportunidades para a intervenção de mulheres em processos formais de paz. Porter (2003) refere: “Tal como a construção da paz é um processo, também o

empoderamento é um processo paralelo que encoraja a construção de capacidades, a liderança e a consciência de novas possibilidades.” (p. 259)

Na fase pós-conflito, os recursos necessitam de ser bem priorizados. A preocupação com a inclusão de mulheres nas negociações políticas é vista como irrelevante para os objetivos imediatos de segurança. No entanto, a inclusão de mulheres na tomada de decisões políticas não deve ser adiada até à reconstrução pós-conflito. A inclusão de todos os grupos sociais fomenta o pluralismo que é necessário para desenvolver uma política democrática inclusiva e estável. Sem participação democrática inclusiva, as distintas vozes dos grupos marginalizados são suprimidas, e os objetivos democráticos necessários para a paz são postos em causa. A paz e a justiça estão ligadas pois é a discriminação e a iniquidade que frequentemente desencadeiam a violência (Porter, 2003).

A representação das mulheres na governação dá-lhes a oportunidade de assegurar a inclusão das questões de género em todas as fases da tomada de decisão, incluindo na fase de construção constitucional. Em adição, as mulheres contribuem para espaços políticos que vão para além das políticas públicas convencionais. A literatura existente sustenta que os governos devem empregar um sistema de quotas, de modo a reservar lugares para as mulheres na política. No entanto, a integração das mulheres na governação apenas terá o impacto pretendido, se lhes for permitida ter uma voz ativa para exercer influência política, e promover a responsabilização governamental, o que muitas vezes não se sucede (Kidane, 2014).

## 1.2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E DESCRIÇÃO DO CONFLITO

É bastante relevante compreender o contexto histórico e político do Afeganistão de modo a compreendermos a sua estrutura social e económica. A sociedade afegã é de base tribal, com uma grande distribuição étnica e religiosa. O histórico de violência e ocupação do seu território deixou marcas profundas na sociedade afegã. Os conflitos políticos originados pelos diferentes grupos etnolinguísticos, bem como as contínuas intervenções externas, constituem fatores que contribuíram para a ascensão de grupos extremistas. Estas dinâmicas assumem um papel central na compreensão da vida das mulheres afegãs.

O Afeganistão, situado na Ásia Central, tem como capital a cidade de Cabul e faz fronteira com o Paquistão a Sul e a Leste, com o Irão a Oeste, com o Turquemenistão, Uzbequistão e Tajiquistão a Norte e ainda com China a Nordeste. Do ponto de vista geopolítico, o Afeganistão encontra-se dividido em 32 províncias, que se subdividem em 329 distritos providências com uma diversidade étnica de grande complexidade. Os *Pashtuns* e os *Tadjiks* constituem os principais grupos étnicos e representam, respetivamente, cerca de 40% e 30% da população afegã (39 milhões). Estas etnias coabitam com diversos grupos étnicos de menor dimensão como os *Hazaras* e os *Uzbeks* (Fig. 1, Anexo I) (Baptista, 2006). A paisagem afegã é dominada por terrenos montanhosos, deixando muitas aldeias remotas extremamente isoladas, acessíveis apenas a pé ou de burro/cavalo. Estas aldeias são por norma habitadas por uma secção da comunidade centrada nas relações familiares, com a maioria dos habitantes relacionados entre si, quer por sangue, quer por matrimónio (Barakat & Wardell, 2002).

Em 1978 deu-se um golpe político que substituiu a monarquia existente até então, por um governo comunista. Os esforços no sentido de evitar uma revolução e dar continuidade aos ideais socialistas, resultaram na ocupação soviética entre 1979 e 1991 (Carrasco & Mettelsiefen, 2020; Farhoumand-Sims, 2007). De modo a restaurar o domínio afegão, formou-se um movimento de resistência robusto, diligente e aficionado, dirigido pelos Mujahidin (Farhoumand-Sims, 2007). Os soldados Mujahidin não possuíam formação, nem armamento necessário para combater o exército soviético, contudo o Paquistão e os EUA, preocupados com a influência comunista na região e com o controlo do petróleo, investiram desmedidamente no seu armamento. No entanto, os Mujahidin não se apresentavam como um grupo coeso, entre vários fatores por diferenças étnicas, existindo sete diferentes fações a competir por armamento (Carrasco & Mettelsiefen, 2020).

Com a partida das tropas soviéticas em 1989 e a perda de interesse no Afeganistão, por parte dos EUA e de outros países ocidentais, instaurou-se um violento conflito entre as duas principais fações rivais Mujahidin, exponenciado pelo armamento em massa (Carrasco & Mettelsiefen, 2020; Farhoumand-Sims, 2007). Simultaneamente, todas as fações Mujahidin lutavam contra o Partido Democrático do Povo do Afeganistão, que continuou no poder até à sua derrota em 1992. O período de guerra civil que se seguiu (1992-95) é considerado o mais sangrento e destrutivo da história afegã. Inúmeros bairros

tornaram-se campos de batalha para disputas entre *warlords*<sup>2</sup> rivais, o que levou à destruição de cidades inteiras, a dezenas de milhares de mortes de civis, inúmeros raptos e violações de mulheres, a uma crise de refugiados e à destruição das infraestruturas políticas, económicas e sociais do Afeganistão (Farhoumand-Sims, 2007). Os grupos Mujahidin, maioritariamente não *pashtuns*, assumiram o controlo (Misra, 2002). Enquanto o novo regime se esforçava por obter controlo sobre a maioria dos territórios, a incapacidade de desenvolver um acordo de partilha de poderes viável a nível nacional levou à anarquia. Divisões profundas de linhas étnicas, tribais, linguísticas tornaram-se evidentes (Abbas, 2014, Saikal, 2012, como citado em Wani, 2021).

Foi durante este período que se lançaram as bases para o extremismo religioso na sociedade e na política afegã. O movimento Talibã nasceu nas escolas islâmicas instituídas no interior de campos de refugiados afegãos no Paquistão. O que começou como um movimento local e modesto, com vista ao fim da guerra civil, da corrupção e do *warlordism*, tornou-se numa campanha militar eficaz, inicialmente recebida com satisfação pelo povo afegão, com esperança no fim de um período de extrema violência (Farhoumand-Sims, 2007; Wani, 2021). Os Talibã apresentavam-se como um grupo de professores e estudantes religiosos, que na promessa de estabilidade, segurança e paz, mostravam milícias bem treinadas. O movimento foi também reforçado pela confiança em Decretos islâmicos (*fatwa*) emitidos por estudiosos religiosos, que substanciam a legitimidade da revolta do movimento contra a corrupção e outros males (Griffin, 2003, Maley, 1998, Murshed, 2006, Rashid, 2010, como citado em Wani, 2021). A opressão das mulheres tornou-se uma referência do radicalismo islâmico dos Talibãs. A questão de género tornou-se a principal plataforma de resistência dos Talibã à Organização das Nações Unidas (ONU) e aos governos Ocidentais, que exigiam a moderação de políticas. O compromisso com o Ocidente indicava a derrota dos ideais estabelecidos, enquanto a rebeldia assinalava a vitória (Rashid, 2001b, como citado em Wani, 2021, p. 222).

Na sequência do 11 de Setembro, em outubro de 2001, as forças da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) lideradas pelos EUA expulsaram o regime Talibã de Cabul. Através da Operação *Enduring Freedom* (2001-14), aparentou-se conseguir descapitalizar o sistema de comando Talibã e desmoralizar o seu corpo. A derrota militar

---

<sup>2</sup> Uma pessoa que exerce controlo militar, económico e político sobre uma região de um país sem um governo nacional forte (Romain Malejacq, 2021).

do governo Talibã foi apresentada como uma vitória contra o terrorismo e contra a violação dos direitos das mulheres. Segundo Hirschkind & Mahmood (2002), a maioria feminista ocidental, sob um olhar colonial de género, contribuiu diretamente para a campanha militar da administração Bush, que representava os Talibã como os únicos responsáveis pela opressão das mulheres no Afeganistão, justificando assim a sua invasão. No fim de 2001, a comunidade internacional avançou diplomaticamente através da Conferência de Bonn, e de iniciativas de desenvolvimento com vista à reconstituição e reestruturação do Afeganistão (Wani, 2021). O Acordo de Bonn produziu uma miragem de unidade nacional, que falhou em abordar as complexas raízes do conflito e as razões para o anterior colapso da governação (Lee, 2018, como citado em Wani, 2021, p. 223).

As ideias ocidentais de desenvolvimento são influenciadas pela teoria da modernização, que assenta nos pressupostos de desenvolvimento de acordo com uma série de parâmetros binários simplistas. A teoria da modernização é flagelada por um falso processo de dicotomização em que a tradição é definida negativamente em relação ao que é moderno. Em adição, as comunidades, particularmente do meio rural e as massas pobres, são consideradas incapazes de mudanças significativas de modernização, havendo a necessidade de controlo externo (Bernsteint, 1971).

O programa de modernização do Afeganistão, para além de dar uma grande ênfase ao desenvolvimento militarizado, foi marcado pelo seu carácter profundamente neoliberal (Goodhand & Sedra, 2010). Isto significou que os projetos de desenvolvimento nas províncias rurais foram contratados a empresas privadas, sendo os seus focos a transformação dos agricultores afegãos em empresários, através do aumento da produção de culturas lícitas com alto valor para o mercado (Pain & Shah, 2009). Devido à destruição dos sistemas informais de crédito, que se baseavam na plantação da papoila opiácea, os programas de modernização criaram instabilidade económica nas comunidades rurais, o que culminou na crescente exploração das classes pobres rurais por parte das elites ricas. Os esforços de desenvolvimento conduziram à comercialização da agricultura, na proletarianização dos camponeses e na concentração da terra nas mãos da classe rural proprietária, dentro do aparelho estatal (Walter, 2016).

O interior rural sofreu uma campanha militar, no sentido de permitir a implementação de programas de desenvolvimento e o controlo de regiões propensas à insurreição. Estas regiões atraíram a maior parte do financiamento, criando falsas

economias de bolha com avultadas injeções de capital que aliciaram *warlords* para posições de poder dentro do aparelho estatal (Goodhand & Sedra, 2010). A rápida e grande injeção de capital estrangeiro permitiu que fações poderosas, com influência dentro do governo e participações em grandes empresas privadas, pudessem extrair lucros de contratos multimilionários. Estas fações controlam o pequeno número de grandes empresas afegãs que dominam as principais atividades económicas, tais como a construção e os transportes. Além disso, possuem elevados níveis de integração vertical; ou seja, são proprietários de empresas a todos os níveis da cadeia implementação de projetos. Isto resultou em barreiras extremamente elevadas à entrada de pequenas e médias empresas, na economia (Lister & Pain, 2004).

O sistema pós-talibã, era dominado por *não-pashtuns*, principalmente *tajiks* que lutaram com as forças da OTAN contra os Talibã. Sob o regime de Karzai os *pashtuns* perderam a influência política a que estavam habituados. O Presidente Hamid Karzai (2004-14) era *pashtun*, mas foi acusado de facilitar a ascensão de *não-pashtuns* ao poder (Tarzi, 2008, como citado em Wani, 2021). No norte do Afeganistão, líderes tribais alinhados com Karzai perseguiram *pashtuns*, incriminando-os falsamente de simpatizantes Talibã. Nestas condições, muitos *pashtuns* tornaram-se vítimas de violação, assassinato, extorsão e rapto (Wani, 2021, p. 224).

A corrupção e a incompetência dos sucessivos governos afegãos conduziu à insurgência *neotalibã* (Coll, 2018, Rubin 2020, como citado em Wani, 2021). A insegurança, a constrição económica e as perceções de injustiça entre o povo afegão reforçam esta. As tensões étnicas levarem *pashtuns* a apoiar os *neotalibã* como a única alternativa de proteção (Giustozzi, 2007). Em adição, o governo falhou plenamente em exercer poder e a autoridade para além de Cabul e dos grandes centros urbanos, nos meios rurais onde as narrativas religiosas são particularmente influentes (Wani, 2021). Dorronsoro (2009, p. 9) refere que o movimento *neotalibã* é "suficientemente centralizado para ser eficiente, mas flexível e diversificado o suficiente para se adaptar aos contextos locais", alocando membros de diversas etnias (não só *pashtuns* como falsamente subentendido) e até mesmo membros de minorias Xiitas. Os *neotalibã* identificam-se como protetores do Islão, justos e incorruptos, e a única autoridade legítima capaz de implementar a justiça social através da implementação da lei islâmica, *sharia* (Johnson, 2018, como citado em Wani, 2021).

Em 2005, após as forças da OTAN reforçarem as suas atividades, a violência escalou, com centenas de ataques terroristas relatados anualmente, levando a mais de meio milhão de deslocados internos (Wani, 2021). A *United Nations Assistance Mission in Afghanistan* (UNAMA) relatou que as forças americanas e governamentais afegãs foram responsáveis por mais baixas civis do que os Talibã e outros grupos insurgentes (UNAMA, 2019). Estes dados puseram em causa a ética e os fundamentos morais da intervenção liderada pelos EUA (Connah, 2021; Cortright 2011, como citado em Wani, 2021). Segundo a agenda de medidas de contrainsurgência (COIN) a intenção estratégica é construir uma "base suficientemente sólida sobre a qual um país com ajuda internacional ao desenvolvimento possa começar a implementar programas de desenvolvimento e de construção do Estado de longo prazo" (de Tray, 2019, como citado em Wani, 2021, p. 231) . Como mencionado, os assassinatos de civis comprometem de forma evidente os objetivos e ambições da COIN, uma vez que as estas baixas aumentam o recrutamento de insurgentes. O primeiro requisito de uma COIN bem-sucedida é garantir a segurança das pessoas (Nagl, 2007, como citado em Wani, 2021). Este historial criou na sociedade afegã oposição e desconfiança em relação às intervenções do Ocidente. O discurso de ódio é perpetuado entre gerações, causando resistência da população à colaboração com os programas dedicadas à agenda MPS.

Em 2020, os EUA e os Talibã assinaram, em Doha, o acordo de paz condicional. Nos termos do acordo, os EUA e a OTAN concordaram em retirar as suas forças do Afeganistão, se os Talibã respeitassem os seus compromissos. Os Talibã comprometeram-se a impedir Al-Qaeda e outras organizações terroristas de operar e agir contra os EUA e os seus aliados em território sob o seu controlo, e a iniciar as conversações de paz com o governo afegão (Mashal, 2020, como citado em Verma, 2021). Em adição, todas as partes concordaram em não recorrer à força. Ainda em 2020, iniciou-se o diálogo intra-afegão e o processo de paz foi liderado e administrado por afegãos. A ronda de negociações terminou num impasse devido à relutância dos Talibã em reduzir a violência, ou declarar um cessar-fogo permanente e abrangente, tal como declarado no acordo de paz com os EUA (Verma, 2021).

Os ataques talibãs caracterizaram-se por ataques a líderes religiosos, ativistas, professores, e pessoal médico, especialmente mulheres. Os Talibã não estavam dispostos a aceitar as políticas democráticas afegãs e mostraram resistência em respeitar os direitos

das mulheres e os progressos nas relações de género. O governo afegão suspeitou que os Talibã teriam concordado com o acordo de modo a tomarem conta do país assim que as tropas dos EUA e da OTAN se retirassem (Ibrahimi, 2020; Verma, 2021). Com a retirada das tropas de território afegão, os Talibã tomaram conta de Cabul a 21 de agosto de 2021, levando à formação do Emirado Islâmico do Afeganistão, e à consequente deterioração da situação humanitária no país (Madeira, 2022).

Na atualidade, cerca de 19 milhões de afegãos têm níveis elevados de insegurança alimentar, e seis milhões estão em risco de passar fome. A ONU estima que três milhões de crianças sofrem de subnutrição muito grave, e mais de metade da população está dependente de ajuda humanitária. Estima-se que cerca de 23 milhões de pessoas tenham recebido pelo menos uma forma de assistência humanitária. As catástrofes naturais, tais como terremotos e inundações em várias regiões do país, agravaram a crise humanitária, e o desemprego e a pobreza extrema levaram dezenas de milhares de pessoas a abandonar o país. Biliões de dólares das reservas do banco central afegão, detidas principalmente nos EUA, foram congelados para evitar que caíssem nas mãos dos Talibã. Deste modo, torna-se necessário que a economia e o sistema bancário sejam restaurados, e que as mulheres e raparigas participem em todos os aspetos da vida social afegã (Madeira, 2022).

Embora toda a população afegã tenha sido drasticamente afetada, as consequências para as mulheres e raparigas foram mais significativas. As mulheres e raparigas afegãs enfrentam vulnerabilidades únicas à medida que as desigualdades de género se relacionam com as dinâmicas do conflito e as necessidades humanitárias, tornando-se necessário reconciliar a forma como a desigualdade de género está a moldar a atual crise humanitária (UN Women, 2021).

### 1.3. AS MULHERES NA SOCIEDADE AFEGÃ E AS POLÍTICAS TALIBÃ

O governo comunista (1978-92), foi responsável por reformas políticas e sociais, que visavam uma rápida e drástica transformação da sociedade patriarcal afegã. Foram introduzidos decretos, que visavam a interrupção da prática de pagamento do “preço da noiva” e a idade mínima de casamento das mulheres aumentou para os 16 anos, o que contrariava a prática habitual de casamento das raparigas logo após a puberdade. Em adição, o governo iniciou um programa intensivo de alfabetização, destinado à educação e ao fim da reclusão feminina. No final deste período, encontrávamos mulheres a trabalhar

nos principais departamentos governamentais, nas forças militares, no comércio e na indústria (Barakat & Wardell, 2002). Contudo, a liberdade e o progresso profissional, usufruídos nos meios urbanos por uma minoria de mulheres, não era normativo para todas as mulheres afegãs. Mesmo nas cidades, as mulheres de classe média e baixa raramente saíam de casa sem a escolta de um membro masculino da sua família (Nancy Dupree, 1998, como citado em Barakat & Wardell, 2002). Ademais, o fosso que se desenvolveu entre a perspectiva da elite urbana e a das massas rurais veio a demonstrar uma grande insensibilidade cultural da elite dominante. A rápida imposição dos direitos das mulheres, por parte da elite dominante e das forças comunistas, resultou num escalamento da violência com repercussões trágicas para as mulheres (Barakat & Wardell, 2002).

Em 1994, as políticas talibãs levaram a uma restrição drástica das liberdades das mulheres, sobretudo nos meios urbanos. Foram emitidos vários decretos e aplicadas políticas restritivas em todas as áreas controladas pelos Talibã, mas o seu impacto fez-se sentir mais em Cabul, Mazar-e-Sharif, Herate e noutros centros urbanos de língua Dari (persa afegão), onde tradicionalmente as mulheres dispunham de um maior grau de liberdade, do que nas cidades de tradição *pashtun* de Candaar e Jalalabad, onde prevalecem costumes culturais mais conservadores (Barakat & Wardell, 2002).

Com a primeira ocupação Talibã, observou-se uma rápida recuperação económica, com especial impacto nos meios rurais e na produção agrícola. As mulheres dos meios rurais continuaram a contribuir de formas tradicionais para o funcionamento da economia. Nas zonas montanhosas, devido ao seu isolamento, as aldeias são habitadas por locais relacionados entre si por sangue ou matrimónio, integrando a categoria *mahram* das relações (Barakat & Wardell, 2002). No Islão, um *mahram* é um membro da família com quem o casamento é considerado *haram* (ilegal) e onde a ocultação *pardah* não é obrigatória. A tradição *pardah*, assume duas formas: a segregação física dos sexos, e a condição de que as mulheres cubram os seus corpos através do *hijab*. Um homem com quem a mulher estabeleça relações *mahram* deve escoltar a mulher em público sempre que necessário (Maududi, 1939). Deste modo, as mulheres de classe baixa das zonas rurais montanhosas beneficiam de um maior grau de liberdade por oposição às mulheres dos meios urbanos.

Os papéis de género no Afeganistão são moldados por fatores socioculturais largamente baseados no papel das mulheres como guardiãs da honra da família, onde o

controle dos homens sobre as mulheres é central para o *sharm* (vergonha) e *haya* (honra) (Rahman, 2018). Como Göle refere “*as mulheres são a base da ordem islâmica... the trait d’union entre identidade e comunidade*” (Göle, 1996, p. 21 como citado em Rahman, 2018) Na era que se seguiu à queda dos Talibã em 2001, a expectativa das mulheres preservarem a identidade nacional, prevaleceu sobre as tentativas modernas de mudança social (Suhrke, 2007).

Em 2003, com a ressurgência Talibã, foram desenvolvidos códigos de conduta (*Layha*), que refletiam uma crescente oposição dos Talibã à educação das mulheres. A primeira *Layha* declarou a proibição do trabalho nas escolas geridas pelo governo, enquanto a educação informal nas mesquitas era encorajada (Bjelica & Clark, 2018, como citado em Yousufi, 2021). Até 2009, os Talibã foram responsáveis por uma intensa campanha contra a educação das mulheres ameaçando, através da distribuição de “cartas noturnas”, aqueles que enviassem as suas filhas para as escolas. Muitos dos que se opuseram a estas normas foram gravemente feridos ou assassinados. Em 2010, a *Layha* de 2006, que proibia as raparigas de frequentarem as escolas, foi revista e os violentos ataques foram desencorajados (Rubin & Rudeforth, 2016, p. 10). Isto constituiu um ponto de viragem nas relações-públicas Talibã, que através de mudanças políticas e entrevistas à comunicação social, começaram a adotar uma posição de maior abertura em relação aos direitos das mulheres (Yousufi, 2021).

As principais disposições da *Layha*, que marcam a posição dos Talibã relativa aos direitos educacionais das mulheres, são as seguintes (Giustozzi, 2015, p. 10; Giustozzi & Franco, 2013, p. 9):

1. Nas escolas e universidades, as mulheres devem estar sempre cobertas pelo *hijab* islâmico, e as aulas só podem ser lecionadas por mulheres.
2. Serão proibidas todas as disciplinas que sejam contra o *jihad*<sup>3</sup> e o papel da mulher na sociedade afegã, tal como definido pelos Talibã.
3. O foco das aulas devem ser os estudos islâmicos.
4. As mulheres que frequentem o sistema de coeducação serão mortas após dois avisos.

---

<sup>3</sup> É um conceito essencial da religião islâmica e significa "empenho", "esforço" ou "luta". Pode alegar a uma luta interior, mediante vontade pessoal, de busca e conquista da fé perfeita ou pode-se referir à guerra santa (Asma Afsaruddin, 2022).

5. Os professores que abordem a igualdade de direitos entre homens e mulheres serão mortos após duas advertências.

Em complemento às restrições relativas à educação, o trabalho feminino é proibido segundo as políticas talibãs. Muitas mulheres, principalmente as que não possuem familiares masculinos, são obrigadas a situações de prostituição ou mendigagem de modo a sustentarem as suas famílias. As principais disposições presentes na *Layha* de 2012, relativas ao direito das mulheres ao emprego, são (Giustozzi, 2015, p. 10):

1. O trabalho das mulheres fora do lar é proibido, excetuando como médicas ou professoras se acompanhadas por um *mahram* e em segregação masculina.
2. É proibido o trabalho de mulheres em instituições governamentais e militares.
3. No local de trabalho, as mulheres estão proibidas de cumprimentar e comunicar com homens que não façam parte das relações *mahram*, caso contrário as suas mãos serão cortadas.
4. É proibida a assistência médica de mulheres por parte de médicos do sexo masculino.
5. Qualquer mulher que desobedeça a estas regras será agredida diante talibãs, pelo seu marido, pai ou irmão.

No entanto, mesmo dentro da esfera económica dominada por homens, as empresárias afegãs exercem com sucesso agência sobre as suas experiências. Ademais, de acordo com Rahman (2018) as suas narrativas revelam o desejo de enquadrar a sua participação económica através do sistema de valores morais e religiosos que melhor articula as suas vidas, como o Corão e o Suna<sup>4</sup>. As mulheres afegãs têm consciência das várias, e por vezes contraditórias morais, que governam a sua sociedade, e são capazes de empregar uma narrativa moral islâmica que lhes permita operar ao lado dos homens no sector económico.

Para além da contribuição vital para a economia, as mulheres afegãs consideram-se detentoras de um poder considerável, particularmente no seio da família, e na intermediação da paz e desmobilização para a guerra. Barakat & Wardell (2002) afirmam que, tanto nas zonas rurais como urbanas, por muito importante que seja a contribuição económica das mulheres para o bem-estar da família, esta mantém-se de importância

---

<sup>4</sup> Ensinamentos do profeta Maomé.

secundária relativamente ao seu papel determinante como esposas e mães. Ademais, a mediação da esfera doméstica por parte das mulheres é apoiada pelas normas e tradições de género, principalmente no que diz respeito à educação das crianças. A mediação de conflitos por mulheres na esfera doméstica, não é vista como uma ameaça pelos membros masculinos da comunidade (Moosa et al., 2013).

No entanto, o forte envolvimento da comunidade internacional não forneceu espaço para a formação de movimentos de resistência civil nas bases (Abu-Lughod, 2002). A imposição de normas relativas a questões de género, colocou na ofensiva aqueles que se opunham à ocupação dos EUA, dando pouca liberdade para que novos movimentos de mulheres crescessem fora de Cabul. Além disto, Firchow & Urwin (2022) defendem que os programas da agenda MPS no Afeganistão, partiram do princípio de que as mulheres eram desprovidas de agência, ou sobrestimaram a influência que estas detinham no seio familiar. Esta dualidade apresentou as mulheres como matriarcas dominantes da vida doméstica, ou vítimas impotentes sujeitas aos regulamentos do marido e dos filhos, levando ao fracasso de vários programas.

A partir de dados recolhidos no meio rural afegão, Firchow & Urwin (2022) conceptualizaram o que os afegãos entendiam por paz no seu quotidiano. Conseguiram verificar que o povo afegão dá menor importância aos direitos públicos e políticos das mulheres, o que inclui a representação política das mulheres, e o direito destas à herança, à propriedade e ao voto. Por outro lado, constatou-se o apoio transversal dos direitos das mulheres à educação e ao trabalho, um dado fundamental na compreensão das dinâmicas de paz a nível local. Os resultados da investigação de Firchow & Urwin (2022), apontam a educação como um ponto de convergência pragmático da agenda MPS, que trata simultaneamente a construção de paz e os direitos das mulheres. O foco numa estratégia *bottom-up* de empoderamento feminino, através da educação, proporciona não só uma oportunidade para o desenvolvimento dos objetivos locais e internacionais, mas também a oportunidade de promoção dos direitos das mulheres, de acordo com padrões valorizados pela comunidade internacional, pelas elites afegãs e pelos homens e mulheres do meio rural.

A educação das raparigas constitui uma área de notório desenvolvimento no Afeganistão. Ademais, houve um foco por parte dos programas educacionais, no aumento e sustentação do acesso equitativo à educação em várias províncias rurais afegãs (Firchow

& Urwin, 2022). Estes esforços tiveram efeito na percepção do valor da educação das raparigas no meio rural, e no desempenho destas na escola (Burde e Linden, 2013, como citado em Firchow & Urwin, 2022; Li et al., 2018). Embora a educação das raparigas constitua um ponto de entrada óbvio para os programas da agenda MPS, esta continua a ser subfinanciada. Não existem escolas e professores em número suficiente, particularmente professoras, e muitas escolas dos meios rurais funcionam sem infraestruturas (Jackson, 2011). No entanto, o apoio internacional à educação rural no Afeganistão diminuiu de forma significativa (Ministry of Education et al., 2018). Entre 2002 e 2014, os EUA gastaram 759 milhões de dólares no desenvolvimento da educação no Afeganistão (SIGAR, 2016). No entanto, a retirada das tropas americanas foi acompanhada pela diminuição das despesas de desenvolvimento e um consequente corte no financiamento da educação (Høvring, 2019). De acordo com o antigo Ministério da Educação Afegão, apenas cerca de 21% das raparigas completam o ensino primário (Ministry of Education of Afghanistan, 2015).

#### 1.4. A IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA MPS NO AFGANISTÃO

As normas incorporadas nas 10 RCSNU da agenda MPS foram traduzidas em quadros políticos tais como o *National Action Plan for the Women of Afghanistan* (NAPWA), em 2015. Antes da adoção do NAPWA, o governo incluiu disposições relacionadas com MPS na legislação e políticas nacionais. A criação do *Afghan Peace and Reintegration Programme* (APRP) em 2010, foi igualmente um passo relevante para a plena implementação da agenda MPS, assegurando a participação de mulheres em ambas as suas estruturas, o *High Peace Council* (HPC) e os *Provincial Peace Committees* (PPCs) (Singh, 2020).

Em 2010, foi convocada uma Jirga Nacional Consultiva para a Paz, onde se discutiu a estrutura do APRP. Dos participantes desta Jirga, 20% (300) eram mulheres, o que constituiu o primeiro passo relevante de inserção de mulheres nas negociações de paz. O APRP foi concebido com uma abordagem de três etapas: alcance social, desmobilização, e a consolidação da paz e recuperação da comunidade. A nível subnacional, o HPC operava através dos seus PPCs. O HPC continha nove mulheres, e cada PPC estaria vinculado a ter pelo menos três. Contudo, as representantes do HPC eram praticamente impercetíveis quando se tratava de negociações formais, lideradas pelo Estado, com insurgentes armados (Singh, 2020).

A constituição de 2004 reservou uma quota de lugares para mulheres no parlamento, o que criou a percepção de que estas posições não eram merecidas, particularmente quando era atribuído um lugar a uma mulher com menos votos que um candidato masculino (Wordsworth, 2007). As mulheres continuaram a ser excluídas politicamente nas aldeias e a nível distrital, o que levou à implementação de um programa que mandou a participação de mulheres em várias esferas políticas (Beath et al., 2013). A sua avaliação foi positiva relativamente à melhoria da mobilidade das mulheres e do acesso a rendimentos. Contudo, não se verificaram mudanças significativas na percepção dos papéis nas mulheres na esfera política. Ademais, este programa enfatizou a quantidade de mulheres envolvidas e não a qualidade da participação, uma tendência que se verifica repetidamente no Afeganistão (Azarbaijani-Moghaddam, 2014).

Em 2015, o NAPWA reconheceu a participação das mulheres como uma prioridade estratégica. Este incidiu não só na participação das mulheres na tomada de decisões e nos quadros executivos da função pública, mas também no acesso destas a um sistema de justiça eficaz e responsável (Islamic Republic of Afghanistan, 2007). Na prática, apesar do NAPWA, as mulheres continuaram a necessitar de procurar justiça através de sistemas de governação locais, que operam segundo as leis consuetudinárias<sup>5</sup> (Singh, 2020).

No Afeganistão, como em várias sociedades islâmicas, não há secularismo entre a religião e o Estado. O sistema jurídico afegão era composto pelo código jurídico estatal, pela lei islâmica (*sharia*) e pelas leis consuetudinárias locais (ex. *Pashtunwali*<sup>6</sup>). Apesar dos direitos consideráveis consagrados na Constituição afegã, estes não foram implementados eficazmente, particularmente no que diz respeito à violência contra as mulheres. A Constituição afegã declara que pretende governar o país segundo o Estado de direito, a democracia e os princípios islâmicos, mas não mostra como estes podem coexistir (Qazi Zada, 2021). Singh (2020) destaca a contradição na constituição afegã, onde o Artigo 22 garante a igualdade entre homens e mulheres e o Artigo 3 estabelece que nenhuma lei pode contradizer a *sharia*, o que condiciona às interpretações da *sharia* todas as políticas protetoras das mulheres.

---

<sup>5</sup> Conjunto de costumes e práticas de uma sociedade, que são aceites como leis, sem que sejam formalizados pela escrita ou por processos legislativos (Singh, 2020).

<sup>6</sup> Reconheço que nas 34 províncias do Afeganistão existem múltiplas leis e práticas consuetudinárias, mas restrinjo a análise ao código *Pashtunwali*, uma vez que é significativo para a maioria da população.

O direito consuetudinário afegão é uma mistura complexa de leis tribais que assentam na lealdade étnica. Estas leis são julgadas por homens e escritas e interpretadas a favor destes. Um exemplo disto é o *arbakai*, um sistema de controlo comunitário de base tribal, apoiado em iniciativas voluntárias locais, que compreende a tribo, a subtribo e a comunidade. Este sistema assenta no código tribal consuetudinário *pashtun* (*Pashtunwali*) e tem um grande apoio da comunidade, encontrando-se bem integrado nesta (Tariq, 2008). Os seus intervenientes definem-se como protetores da honra da comunidade e da família, e pertencem a todos os níveis da estrutura *arbakai*, sendo que alguns integram instituições como a polícia local e milícias (Singh, 2020). A honra é um valor fundamental no código de conduta *Pashtunwali*, que apela à proteção das mulheres da família, e defende práticas de segregação de género e o *pardah* (Khan, 2015).

O Afeganistão foi signatário da *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women* (CEDAW), ao abrigo da qual é obrigado a erradicar todos os tipos de discriminação e violência contra mulheres. O Afeganistão tornou-se o primeiro país muçulmano a ratificar sem quaisquer reservas o CEDAW (Cheshmak, 2009). No entanto, falhou em desenvolver: leis, políticas e diretrizes para combater a VCM; legislação nacional e sanções administrativas que proporcionem uma reparação adequada às vítimas; e um sistema de justiça criminal sensível a estas questões (Qazi Zada, 2021). A UNAMA verificou a existência de impunidade para assassinatos e crimes de honra contra mulheres, devido à resolução de casos de homicídio por mediação. Esta mediação assenta maioritariamente no código tribal consuetudinário, através da assembleia de líderes denominada *jirga*<sup>7</sup> (Ahmad & Avoine, 2018, como citado em Qazi Zada, 2021) A *jirga* é uma instituição masculina patriarcal, com influência de *warlords* e importantes líderes tribais, que se estima ser responsável pela resolução de 80 por cento das disputas no Afeganistão (MPI, 2015). O encaminhamento de casos de VCM para sistemas de justiça informais promove a discriminação, ao fortalecer as dinâmicas patriarcais da sociedade afegã, e prejudica a implementação da legislação existente.

Este conjunto de práticas coloca as mulheres numa teia de relações e normas de identidade familiar e comunitária. O reconhecimento desta complexidade é central na compreensão da necessidade de tradução das normas globais para o contexto local afegão.

---

<sup>7</sup> É uma assembleia de líderes que toma decisões por consenso de acordo com o *Pashtunwali*, o código social *pashtun*. É conduzida a fim de resolver disputas entre *pashtuns*, mas também por membros de outros grupos étnicos que são influenciados por estes (O. Nosworthy, 2020).

Os membros masculinos da comunidade, ao agirem como protetores das condutas que estabelecem as barreiras de género, resistem às instituições que tentam implementar práticas não alinhadas com a sua interpretação das normas da *sharia* ou com os códigos consuetudinários (Singh, 2020). Consequentemente, a tradução das normas da agenda MPS foi contestada a nível comunitário, disputando as normas religiosas e consuetudinárias, apesar da existência de instituições a nível nacional como o APRP e o NAPWA que tentavam assegurar as melhores práticas. Um exemplo disto é a prática do *mahram*, que visto ser difundida por ulemas<sup>8</sup> e *warlords*, continuou com grande ênfase, mesmo quando a participação das mulheres na vida pública era garantida por quotas de género e pelo NAPWA.

Foi observada uma falta de compreensão e cooperação entre líderes religiosos afegãos acerca das interpretações da *sharia* em vários assuntos jurídicos. Apesar de proibidas pelo Islão, práticas tradicionais como o casamento forçado, *baad*<sup>9</sup>, casamento de crianças, crimes de honra, fuga em resposta a práticas nocivas e a restrição do acesso das mulheres à educação, continuaram comuns (UNAMA & OHCHR, 2010). As práticas tribais e culturais relacionadas com os direitos das mulheres ultrapassam os ensinamentos islâmicos. É reconhecido pela literatura que no Afeganistão o empoderamento das mulheres segundo o Islão produz melhores resultados do que de acordo com valores ocidentais. Várias ativistas afegãs relatam uma maior adesão do povo afegão aos direitos das mulheres quando utilizada a lei islâmica, o que faz desta uma ferramenta eficaz de combate à VCM (Qazi Zada, 2021).

## 2. O PAPEL DA MULHER AFEGÃ NA RESPOSTA À CRISE HUMANITÁRIA

### 2.1. ESCOLHA METODOLÓGICA

O estudo ancorou-se numa abordagem qualitativa, tendo à componente de pesquisa documental desta dissertação sido aglutinada uma componente de terreno, com a realização de entrevista a mulheres e homens que integram ONG que trabalham com a agenda MPS no Afeganistão. A investigação visou caracterizar as oportunidades,

---

<sup>8</sup> O corpo de estudiosos muçulmanos formados no Islão e no direito islâmico, intérpretes da *sharia* (Afsaruddin, sem data).

<sup>9</sup> *Baad* é um método de compensação através do qual uma mulher pertencente à família de um criminoso é dada à família da vítima como criada ou noiva (O. Nosworthy, 2020).

limitações e problemáticas da inserção das mulheres afegãs em processos formais e informais de paz.

O método de seleção dos entrevistados/as foi inicialmente a pesquisa *online*, recorrendo a sites de emprego de ONG a operar no Afeganistão. O primeiro contacto sucedeu via e-mail. Contudo, devido à falta de respostas optou-se por utilizar o método bola de neve, através de contactos estabelecidos no decorrer das entrevistas. O método bola de neve é adequado em pesquisas com focos de estudo sensíveis, principalmente no caso de populações que são caracterizadas por comportamentos que as fazem não querer ter a sua condição revelada (Biernacki & Waldorf, 1981). A amostra foi selecionada intencionalmente seguindo um critério de diversidade, com o objetivo de obter um máximo de entrevistas a ONG lideradas por mulheres afegãs, no entanto, sem exclusão de representatividade masculina e ocidental. Consequentemente, foram atribuídas letras – A, B, C, D, E, F, G, H – de forma aleatória aos/às oito entrevistados/as.

Para concretizar esta investigação recorreu-se à técnica da entrevista semiestruturada (ver guião, anexo III), na qual a investigadora dispunha de uma série de perguntas-guias, embora relativamente abertas, de forma a extrair informações com base nas opiniões e experiências pessoais do/a entrevistado/a. O guião apresentado no anexo III foi elaborado tendo em conta a sensibilidade da temática, consistindo em perguntas com grande liberdade de resposta, de forma a dar amplitude de escolha a cada entrevistado/a. A maioria dos entrevistados/as era vítimas de ameaças e intimidações de carácter físico e psicológico por parte dos Talibã, o que tornou indispensável garantir a segurança necessária para que estes se sentissem confortáveis em divulgar as suas opiniões e experiências no terreno. Apesar de todos os esforços feitos no sentido de assegurar um ambiente seguro de partilha, algumas das informações obtidas poderão estar condicionadas a este clima de violência e perseguição.

Os entrevistados/as foram previamente avisados da gravação da entrevista, do anonimato da sua identidade e do tratamento exclusivo para esta pesquisa dos dados recolhidos. Todos os entrevistados concordaram com a gravação da entrevista e com as disposições que contam na carta de consentimento, que pode ser consultada no anexo II. No anexo IV consta a listagem dos/as entrevistados/as.

As entrevistas foram realizadas em inglês através de videochamada, recorrendo às plataformas Zoom e MS Teams. O uso da língua inglesa foi um obstáculo no acesso e

comunicação com os entrevistados/as afegãos. É importante notar que os entrevistados/as estão inseridos num grau socioeconómico não representativo da população afegã. Ademais, os entrevistados/as obtêm da comunidade internacional o financiamento necessário para funcionamento das suas organizações, o que poderá condicionar o seu discurso, apesar do anonimato.

Após a transcrição e análise da informação obtida nas entrevistas, foi possível identificar dois blocos: (1) obstáculos e desafios; e (2) recomendações e perspectivas.

## 2.2. ANÁLISE DO CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS

### 2.2.1. OBSTÁCULOS E DESAFIOS

Após anos de implementação de programas da agenda MPS no Afeganistão, atualmente não existe um processo formal de paz em curso. Contudo, a análise do processo de paz em curso nos últimos 20 anos fornece informações relevantes para a nova construção de um estado democrático inclusivo, que salvaguarde os direitos das mulheres. As dificuldades e os erros registados durante este período, são determinantes para a compreensão das dinâmicas de paz no Afeganistão.

Os entrevistados/as A e D consideram a corrupção como uma das principais causas à falta de sucesso da implementação de programas da agenda MPS no Afeganistão. Esta continua a afetar todos os aspetos da vida no Afeganistão, minando a confiança pública nas instituições governamentais e dificultando a construção de paz duradoura e prosperidade no país. A corrupção mina o estado de direito e abre as portas para mais crimes, criando um ciclo que promove uma cultura de impunidade (UNRIC, 2019). Ademais, está provado a corrupção reduzir o número de mulheres no poder. A entrevistada A refere como a corrupção levou à má implementação de políticas:

*One of the reasons the former government collapsed, and their programmes, policies, or actions plans for women inclusion were unsuccessful was the corruption, not only financially but there was moral corruption. There were a lot of women with lot of experience that were not hired by the former government, but they were hiring the women how were accepting their sexual favours (...) The corruption led the good policies towards bad results because they were not implemented like they should be.*

A agenda MPS representa um progresso normativo a nível internacional, que não se traduziu numa experiência transformadora para as mulheres a nível local. Este padrão de difusão de normas parece bom “no papel”, e ao nível das organizações internacionais e dos governos nacionais, mas na prática a mudança continua a ser limitada. Em adição, a corrupção conduz boas práticas a maus resultados, dificultando a implementação eficaz dos programas que traduzem o registo normativo da agenda MPS. A entrevistada F sublinha como as boas práticas, na prática, não se traduziram numa mudança capaz de transformação:

*Afghanistan always had good policies. They had a good constitution; women were sort of equal. Everything on paper looked great but that's the problem, it was paper only.*

As entrevistadas A, F e B sublinham a impotência da comunidade internacional e das organizações humanitárias, em progredir além da formalização de acordos. Esta refere que apesar dos esforços por uma inclusão ativa das mulheres nos processos de paz, os agentes externos carecem de autoridade para exigir, dos políticos afegãos e dos Talibã, uma mudança transformativa. De acordo com a entrevistada F, isto justifica-se, em parte, pela real falta de interesse por parte dos políticos afegãos<sup>10</sup> na inclusão das mulheres nos processos de paz:

*When the US entered inside Afghanistan, they really forced women to the foreground, and I think, to be honest, the men never wanted the women there. It was forced upon them by the western aid and money.*

A entrevistada B destaca como no anterior governo, apesar das mulheres ocuparem cargos de destaque na política e nas equipas de negociação de paz, eram dominadas por um superior masculino, capaz de condicionar e limitar o seu discurso. Ademais, B culpa o excesso de interferências do Ocidente, pela limitação das vozes das mulheres. Nos mecanismos da sociedade civil, que contrastam com as estruturas apoiadas pelo estado, a voz das mulheres obtinha maior destaque pois era independente e desassociada das forças ocidentais. Num país com um grande historial de ocupação, a imposição de normas relativas a questões de género, colocou na ofensiva quem se opunha à ocupação dos EUA. A entrevistada B refere como a falta de espaço político autónomo,

---

<sup>10</sup> Pertencentes a partidos dominados por homens, com estruturas patriarcais corruptas.

minou a atenção do povo afegão relativa às mulheres na política. Por outro lado, B destaca a forte voz das mulheres na sociedade civil:

*Although we had a significant number of female members on the peace negotiation team, and they were quite strong women, their voice was not heard as we wanted, or taken as seriously when decisions were made, especially because our government was not independent. It was manipulated and there were so many interferences, from our neighbours, from the international community, especially the US. Even when decisions were made, it was behind the curtains. We didn't know what was happening, and of course the female voice was not taken as serious as it should be, wherever they were. We had a much stronger voice in the civil society than in the government, because in the civil society we were very independent, (...) but within the government and in the negotiant team they always have above them a male leader.*

Todos/as os/as entrevistados/as referem o total retrocesso do trabalho implementado pelos direitos das mulheres, e pela transformação das relações de género no Afeganistão. Para o entrevistado D, a ausência de espaço cívico e de lei impossibilita o trabalho no setor dos direitos humanos e na construção de instituições democráticas. Esta dificuldade é reforçada pela ausência de liberdade de expressão, reunião e associação. A entrevistada A menciona como, apesar de não existir uma plataforma formal, os políticos e líderes afegãos, de diferentes tribos e partidos, estão a trabalhar na construção de uma plataforma que convença os Talibã e os aliados internacionais a iniciarem um processo de paz no Afeganistão. No entanto, existe uma desvalorização pela inclusão de mulheres neste processo.

Ao refletirem sobre os principais desafios atuais, para a inclusão de mulheres em processos de paz, todos/as os/as entrevistados/as referiram a falta de vontade e iniciativa da inclusão das mulheres em processos formais. Devido a questões de insegurança e militarização das comunidades, os processos informais de paz também aparentam estar limitados. O entrevistado E culpa a iliteracia, as tradições e as normas culturais pela falta de participação feminina e defende que estas tradições não são representativas da cultura *afghani* e do Islão:

*The illiteracy and bad social norms and traditions are the primary responsible to limit women from participating in the peace process. The presence of extremist*

*religious groups and insecurity for women, are the second and third challenges, respectively.*

Os entrevistados E e G explicam como o trabalho das ONG foi limitado pelos Talibã através de ameaças. Foi exigida uma segregação de sexos no local de trabalho, sendo que muitas organizações ficaram limitadas por não possuírem as estruturas para isso. A entrevistada B explica como as organizações foram obrigadas a substituir as suas diretoras por membros masculinos dos quadros da organização, como a única forma de prosseguirem com os trabalhos.

A entrevistada B reflete como as mulheres são afetadas de maneiras violentas pelo conflito. A pobreza das comunidades perpetua a cultura patriarcal e a VCM:

*The economy is another bigger challenge that really affects women lives (...)  
Many of the man are suffering from this, but women and children always are the biggest number who suffer. Women and girls suffer more because they have so many other restrictions. When you have economic problems in the families, there is domestic violence. Who will suffer from this is Afghan women and girls, not men, because is the man who has the power. Our culture is very male dominated and it's always the man that has the power in the families, but at least we were trying to change that.*

A condição de pobreza, além de estimular o conflito, que restringe os direitos das mulheres e promove a VCM, diminui o ativismo pela igualdade nas relações de género. Além das mulheres para exercerem advocacia necessitarem de ver as suas necessidades básicas asseguradas, os problemas de género são vistos como secundários face à situação de pobreza extrema.

A economia afegã faz parte do grupo das economias mais pobres do mundo. As elevadas desigualdades sociais agravaram-se na primeira metade da última década, com a percentagem da população abaixo da pobreza a aumentar de 38% em 2011, para 55% em 2016 (Fonseca, 2022). Após 1 ano de ocupação Talibã, os níveis de pobreza continuam a agravar-se. Em junho de 2022, 77% das famílias inquiridas declararam ter perdido metade ou mais dos seus rendimentos em comparação com 61% em dezembro de 2021.

Os/As entrevistados/as A, B, D, F consideram que o Afeganistão foi abandonado pela comunidade internacional devido a preocupações externas, nomeadamente, a crise do COVID-19 e a guerra na Ucrânia. A entrevistada A refere como o país perdeu a pressão mediática a que esteve habituado há 1 ano:

*Right now, Afghanistan has been totally forgotten. (...) We know that war is bad everywhere, but this [the war in Ukraine] should not be an excuse for the UN and other humanitarian organization to stop thinking and supporting Afghanistan.*

Segundo a entrevistada F, os governos ocidentais abandonaram as suas responsabilidades, deixando para o Conselho de Segurança da Nações Unidas<sup>11</sup> o dever de lidar com a atual crise humanitária. Porém, na prática as ações têm sido limitadas. F e B questionam as restrições de viagens, impostas a oligarcas russos, não serem impostas aos Talibã. Os Talibã, contrariamente ao esperado, aparentam estar a ser tratados com bastante leviandade. F destaca a falta de tradução prática das normas estabelecidas pela ONU:

*Our problem is that the UN system is not working very well so it's very hard to move forward on holding the Taliban accountable for massive human rights violations.*

A deficiência na tradução prática do quadro normativo da agenda MPS, não se restringe aos mecanismos da ONU. A entrevistada F culpa os governos ocidentais, pela falta de compromisso, responsabilidade e proatividade na implementação das normas da agenda MPS:

*Early on, and I do blame the US and the Trump administration, they began to negotiate with the Taliban and no women were present. From a feminist perspective about this, the US has a women, peace and security act that was in complete violation of that. So, I think as women of the world we need to empower ourselves, we need to monitor our governments, their commitments to women to be part of all foreign aid.*

Os projetos educacionais, de mulheres e raparigas, são vistos por todos/as os/as entrevistados/as como prioritários. Estes programas constituem um importante ponto de

---

<sup>11</sup> Que tem autoridade sobre a UNAMA.

convergência pragmático da agenda MPS, com a luta pela igualdade de género e pelos direitos das mulheres. Na atualidade, algumas mulheres ainda se encontram em universidades, mas são obrigadas a estar separadas dos homens. A maioria das crianças e adolescentes afegãs foram privadas de educação, devido à escassez de escolas exclusivamente femininas, principalmente nas zonas rurais, e à falta de professoras. A entrevistada C menciona como os Talibã não cumpriram com as obrigações internacionais a que se propuseram:

*They promised that girls would be able to receive their education, but that's only possible for girls up to 6<sup>th</sup> grade. Also, lot of professors have gone home so there is not a lot of opportunities for women in university.*

A entrevistada B sublinha o retrocesso total dos programas e políticas implementadas nos últimos 20 anos, por uma educação inclusiva e de qualidade:

*Even in the last 20 years the quality of the education was not perfect, but we were working on it. If the schools were not closed in the next 20 years, we would have the best quality but now that it has stopped, with the restart it will take another 40 years.*

Segundo C, as perspetivas dos afegãos em relação à educação parecem ter mudado substancialmente ao longo da última década, o que representa uma das maiores conquistas da intervenção ocidental. A população jovem é descrita como resiliente e informada, perpetuando a ideia de que a importância da educação está presente nas camadas jovens. Adicionalmente, a educação de mulheres e raparigas é aceite consensualmente pelos vários estratos da população afegã, incluindo os homens dos meios rurais. Este facto poderá ter levado os Talibã a moderarem o seu discurso, e não só as pressões da comunidade internacional como por vezes defendido. A entrevistada F sublinhou a importância das relações familiares no empoderamento e ativismo das mulheres afegãs. A confiança das mulheres necessária à participação em processos de construção de paz, é afetada pela forma como os seus papéis são reconhecidos na família e na comunidade. A entrevistada C destaca a importância que as mulheres afegãs dão à educação:

*There is a different mindset, than what might have been a few years ago. Luckily there is a young generation who does know what else is possible (...) There is a huge percentage of Afghans, both men and women, who believe in education and*

*women rights. (...) A lot of women say education is the key. They say that if you take away education, we won't know that is our right to do all these different things, we won't know our basic human rights, we won't have the tools to fight back against this repression.*

A educação proporciona às mulheres a capacidade de compreenderem os seus direitos. Para mais, a falta de acesso à educação impacta múltiplas gerações, limitando as oportunidades económicas, sociais e políticas, colocando os países em maior risco de conflito. A educação promove o diálogo, a inclusão, a construção da paz, e a resolução não violenta de conflitos (UN Women, 2022). A entrevistada F destaca como mulheres inquiridas nos projetos da sua ONG mostraram falta de consciência, não só dos seus direitos, mas também dos potenciais papéis que poderiam desempenhar na sociedade:

*One of the things we discovered when we used to document women voices in the very remote regions; just the fact that we asked them questions and then we explained what their rights were under the law. Most often they did not understand that they had rights, the most basic of rights.*

A entrevistada B destaca, através da sua experiência pessoal, a importância que a educação detém na vida das mulheres afegãs:

*We lost everything. Women already lost one year of their lives. I can feel them because I had the same experience when the Taliban came 25 years ago. I feel like I would be in a much better position if I could have continued my education non-stop, and with a better education system; I would know have a better knowledge. That really affected my whole professional life because I had to start and stop so many times, and the quality of the education was not good.*

### 2.2.2. RECOMENDAÇÕES E PERSPETIVAS

A comunidade internacional está preocupada com os Talibã beneficiarem da ajuda externa fornecida ao Afeganistão. Ademais, a ONU tem documentado a interferência dos Talibã nas operações de ajuda humanitária no terreno. A suspensão da ajuda ao desenvolvimento não está a ter um impacto significativo na política e nas práticas dos Talibãs. Contudo, a retirada do Afeganistão da economia internacional está a provocar um notório impacto na população afegã. Na atualidade, as políticas e estratégias centrais devem construir uma via para uma melhoria sustentável dos indicadores humanitários

globais e de segurança económica. Além disso, será necessário um processo de diálogo intra-afegão que salvguarde as instituições e as capacidades existentes, o que exigirá um grande envolvimento dos doadores (Lang, 2022). A entrevistada B destaca que a comunidade internacional necessita de decidir o seu posicionamento e de que maneira pretende cooperar com o novo governo:

*The international community has to make clear to the people of Afghanistan what their plan is, what do they want to do. Why are they silent? They don't take a side in what they want to do. We are all blinded, sitting and waiting, we don't know what is going to happen (...) Special the US and the UN, they have to take actions against them [the Taliban]. They do put some restrictions but is not enough. (...) We don't want more games, immediately leaving the Afghanistan was not the right decision they made.*

Os Talibã não possuem qualquer tipo de visão económica para o país, nem especificaram o seu plano de governação. Segundo o entrevistado D, o comportamento dos Talibã, assemelha-se ao dos *mujahidin*. Esta semelhança verifica-se não só nas restrições impostas às mulheres, mas também na falta de capacidades de governação, que leva a que estejam constantemente a ajustar o seu discurso, de modo a adequarem-se às massas. A entrevistada B refere a falta qualificação dos Talibã e a necessidade de um modelo de governação competente, com um sistema de monitorização rigoroso e eficaz:

*They [the Taliban] don't have enough qualifying people that's why they can't manage the systems. (...) When you don't have the qualifying people to manage the government or the ministers, of course you will have a corrupt system, when there is no strong management and monitoring system of course that will get to a verse situation.*

A entrevistada A reforça a necessidade de serem implementadas políticas mais restritivas aos Talibã, tais como a imposição de limites nas deslocações, como se sucedeu com os oligarcas russos. Segundo A, apenas a pressão da comunidade internacional, e a aplicação de rigorosas sanções, é passível de alterar o discurso extremista Talibã:

*More power can control less power. The government of emirates are not that much powerful to be independent. They are dependent, economically, and politically. (...) They should put diplomatic pressures on the Taliban, like banning their*

*travels, from their leaders and the team members. Beyond that they cannot convince them. No argument or reason can convince them, just the power of the countries and organizations who are really supporting women's rights.*

O entrevistado D descreve como as políticas implementadas pelos Talibã, não são representativas do Islão, nem da cultura afegã:

*These ideologies are not closed to our religion; this is not close to the culture of Afghanistan. (...) I discussed with them [the Taliban] and said: "What you are doing is not in Islam and it's not in the afghani culture", but they think their ideologies represent Islam.*

O Islão não é a questão, mas sim como utilizá-lo eficazmente pela luta dos direitos das mulheres. É necessário reconhecer e avaliar a subjetividade das mulheres, ouvindo as suas percepções da realidade, reconhecendo o seu estatuto como atores e agentes, por mais opressivas que sejam as circunstâncias. É necessário um movimento crítico de compreensão da sua agência, longe da dicotomia de subordinação ou resistência. Uma abordagem culturalmente sensível, mais inclusiva e compreensiva do *ethos* moral dentro do qual o país se rege, adequa-se ao contexto afegão. No entanto, parece verificar-se o desinteresse das organizações internacionais em garantir os direitos das mulheres através de uma ideologia moral islâmica (Rahman, 2018). Sem consciência cultural, as organizações não podem esperar trazer mudanças para o Afeganistão. Ambos os lados precisam de encontrar uma linguagem e ideologia comum para trabalhar.

Todos/as os/as entrevistados/as frisaram como os grupos de mulheres, e as ONG envolvidas na capacitação e empoderamento de mulheres, e nos esforços de construção de paz, enfrentam limitações em termos de financiamento e recursos. As organizações são fundamentais para o empoderamento e cultivo das capacidades de liderança, e devem continuar a facilitar oportunidades de inserção de mulheres em processos formais de paz. A entrevistada H sublinha a urgência do financiamento de organizações lideradas por mulheres, que trabalham para os objetivos da agenda MPS:

*Right now, the UN and the international NGOs are only providing humanitarian support to Afghans, but before the Taliban takeover the international community was providing support to Afghan women lead NGOs to advocate for women's rights (...) but now, fewer advocacy meetings are conducted both on a local and*

*international level. The international community could provide support to Afghan women lead NGOs, to implement their projects and advocate for their rights.*

Todos/as os/as entrevistados/as concordam que os fundos de ajuda humanitária devem, ser distribuídos através das comunidades e das organizações da sociedade civil. A corrupção constitui uma das principais razões para o colapso das instituições democráticas. Esta impediu não só o sucesso da implementação dos planos de ação da agenda MPS, como dificultou a luta pelos direitos das mulheres e o combate à VCM. A entrevistada B referiu a capacidade da ONU de implementar um robusto sistema de monitorização de fundos, e admite ser prioritária uma rigorosa aplicação do mesmo:

*The combat against the humanitarian crises has to go directly through people community leaders and civil society organizations, and that has to be monitored. In the last 20 years corruption was one of the biggest challenges, and because of that corruption we have this new situation. (...) Now that the corruption is still going on, there should be a very close considering monitoring system through the UN.*

Adicionalmente, o entrevistado D apela à comunidade internacional atenção na definição das equipas de paz e estruturas de governação. A presença de *warlords* no governo torna a governação caracterizada por um sistema corrupto de patrões, dominado por homens, associado à lealdade étnica e aos interesses comerciais. Estas redes dificultam uma governação e tomada de decisões inclusiva, e reforçam as estruturas patriarcais de poder existentes (UN Women, 2022).

*The international community made a very bad decision while the Bonn Conference in 2001, by bringing warlords to the government. These warlords just believe in their own business and not in human rights (entrevistado D).*

Para as entrevistadas B e F é fundamental a ajuda externa chegar às famílias através das mulheres afegãs. Providenciar os fundos de ajuda humanitária através de mulheres, não só lhes dá maior controlo sobre os recursos e no acesso aos serviços financeiros, como também promove a capacitação. A obtenção de poder económico por parte das mulheres promove agência e controlo na tomada de decisões, dentro e fora do agregado familiar, o que facilita a transformação das relações de género (UNHCR, n.d.).

Segundo a entrevistada B, isto afastaria o controlo dos fundos pelos Talibã, enquanto empoderaria as mulheres afegãs:

*I was proposing them [the humanitarian aid agencies] that they should help families throw their female family members, because this will give female power and hope, so they would feel valuable within their families. Unfortunately, in Afghanistan when you have power you can survive better. I was proposing to this organizations that they should work directly throw families, with people and civil society organization, and not throw the Taliban.*

A entrevistada F sublinha a importância da presença de mulheres na tomada de decisões, de modo a assegurar uma correta e eficaz distribuição da ajuda externa:

*Whenever foreign aid is delivered women must be at the table to receive that aid and to determine how that aid is distributed and if there is equal access.*

Para a entrevistada A é necessária uma plataforma, que ao unir os vários atores da sociedade civil, promova a inclusão ativa das mulheres num novo processo de paz:

*There are a lot of activists that have been evacuated from Afghanistan, and they are in different parts of the world. If there was a platform throw the international community, the humanitarian organizations, and through the human rights feminist organizations, to make a network and gather Afghan women from different parts of the world; and throw that platform force the Taliban, and other politicians, to include women meaningfully.*

Esta plataforma teria bastante relevância na consolidação da voz das mulheres afegãs. A entrevistada F sustenta a necessidade de uma visão consolidada:

*This administration will not hold, it will collapse at some point. To prevent going into total chaos, women could step up and come together with a consolidated voice. Not that women have the same voice, but they can have the same vision for what they want for their country.*

No decorrer das entrevistas, constatou-se que a baixa escolarização e alfabetização das mulheres foi destacada como o principal obstáculo ao seu envolvimento nos processos formais de tomada de decisão. Mesmo existindo indícios que a educação pode não ser capaz de produzir um impacto transformador, ou até exacerbar desigualdades existentes

- sobretudo quando pouco se faz para transformar as desigualdades subjacentes na sociedade e nas estruturas educacionais - esta demonstra ser uma prioridade consensual, transversal a todos os núcleos da sociedade afegã (Shah et al., 2019). A entrevistada C destaca como a educação centrada na comunidade parece a mais adequada para a atual situação de conflito. No entanto, C relata a falta de fundos e a mau uso destes:

*Right now, community-based education is one of the best ways to do it. It is low profile, so the parents feel more comfortable sending their girls to school, and it's central in the community, so they don't have to travel far to get there (...) people want their children to be nearby for safety and need help at home. We found this effective, but of course our ideal will be that there're accessible formal schools with all the resources. There is not a lot of funding to do that and unfortunately the larger organizations have the track record of building schools wherever, and a lot of those are being unused.*

As entrevistadas H e C apresentam o ensino *online* como uma ferramenta alternativa, de grande potencial a curto prazo. C relata como no passado, a sua organização implementou com sucesso um modelo de educação *online*, nas altas zonas montanhosas do meio rural afegão. As professoras distribuíram *tablets* com a matéria, e passavam semanalmente nas casas das alunas para o acompanhamento do estudo. A entrevistada H destaca a urgência na implementação destes programas:

*Also, vocational and education opportunities are an urgent need for Afghan women nowadays as schools are closed and they need to be involved in any activity, online education opportunities could be provided to Afghan women.*

Todos/as os/as entrevistados consideraram de forma unânime, o retorno das raparigas às escolas, de carácter urgente. Uma prolongada ausência de crianças e jovens das estruturas educacionais resulta, particularmente nas raparigas, no abandono da educação. Isto acarreta graves consequências como um maior risco de casamento e trabalho infantil, e de VCM.

*There are a lot of people that have been out of school for a long time and usually there are less likely to return to school the longer they are out (...) We really need to make sure that girls have the opportunity to keep going and get back to school*

*as soon as possible. If I had to pick priorities, those are some of the most immediate needs (entrevistada C).*

O entrevistado D refere como a educação, ao promover a inserção das mulheres no mercado de trabalho, está a provocar uma mudança na mentalidade das famílias afegãs, principalmente devido à contribuição vital para o orçamento familiar. D admite que o povo afegão reconhece a educação como o único caminho para o Afeganistão recuperar a sua independência, longe do excesso de interferências da comunidade internacional.

## CONCLUSÃO

As diferentes concepções de paz entre homens e mulheres raramente se refletem nos mecanismos formais de construção da paz. Devido à exclusão das mulheres destes processos, não é possível satisfazer as necessidades de toda a comunidade, pondo em causa a manutenção da paz, o que fomenta o regresso ao conflito. Para eficácia das políticas de desenvolvimento é vital assegurar que as diferentes perspetivas culturais da população afegã são reconhecidas na sua totalidade. O Afeganistão nunca foi eticamente coeso, numa concessão democrática será necessário que as suas divisões etnolinguísticas sejam habilmente geridas.

Esta dissertação demonstrou que para uma paz positiva no Afeganistão é necessária a intervenção e participação ativa das mulheres, antes, durante e após os programas serem concebidos, formulados ou implementados. As mulheres compreendem as dinâmicas e acontecimentos nas suas comunidades, de forma diferente dos homens. A sua visão e perícia permitem aos decisores políticos servir as necessidades da comunidade de forma eficaz. As mulheres afegãs são agentes indispensáveis na criação de paz e na sua estabilidade, mas também através das diferentes abordagens que proporcionam na prevenção e desmobilização para o conflito. A investigação demonstrou que as mulheres afegãs devem ser consideradas importantes agentes pois possuem a determinação, a motivação e o conhecimento necessário para intervir, através da criação de pontes na comunidade, imprescindíveis na sua reconstrução. A importância da ação coletiva de mulheres foi enfatizada repetidamente ao longo de toda a investigação. A educação e a capacitação de mulheres, o seu empoderamento, e a presença de organizações locais lideradas por mulheres, foram citadas como importantes contribuintes para a paz.

No decorrer das entrevistas foi possível verificar que os principais obstáculos à participação das mulheres afegãs nas estruturas formais e informais de paz são: a baixa escolarização; a insegurança e militarização das comunidades; a má governação e a corrupção; os papéis de género e as dinâmicas patriarcais; o extremismo religioso e as más interpretações culturais. Na atualidade, a falta de posicionamento da comunidade internacional constitui uma grande limitação à inserção ativa das mulheres na construção da paz. O corte da ajuda humanitária no Afeganistão levou à falta de financiamento das organizações que trabalham para a agenda MPS. Adicionalmente, não existe nenhum processo formal de paz em curso, nem nenhuma plataforma capaz de unir os vários atores da sociedade civil afegã, numa tentativa de incluir com agência as mulheres num novo processo de paz.

No decorrer das entrevistas foi possível clarificar que a tradução das normas da agenda MPS não conduz necessariamente a uma transformação prática, pois a sua implementação é limitada por práticas, costumes, e interações presumivelmente apolíticas. As RCSNU demonstraram não ser suficientemente radicais para serem utilizadas como ferramenta transformadora na criação de agência e na inserção das mulheres afegãs nos processos de paz, pois falham em abordar as questões enraizadas da desigualdade de género, como o patriarcado, as construções de masculinidade, e o poder militarizado. As políticas de “tamanho único”, transferindo as melhores práticas, nem sempre se adequam a todas as situações de conflito. O simples aumento do número de mulheres nas negociações de paz, e na reconstrução e recuperação pós-conflito, não promoveu mudanças capazes de transformação.

Através desta investigação foi perceptível o consenso presente na sociedade afegã, acerca da importância da educação de raparigas e mulheres. A educação das raparigas enfrenta, na atualidade, inúmeras restrições impostas pelos Talibã. Apesar da educação constituir um ponto de entrada óbvio da agenda MPS, durante o processo de paz que esteve em curso nas duas últimas décadas foi relatada a falta de condições e qualidade do ensino, bem como o subfinanciamento dos programas educacionais. No decorrer da investigação, verificou-se - contrariamente ao esperado - que os homens e mulheres afegãos dos meios mais conservadores estão dispostos a aceitar a educação das suas filhas. A educação é capaz promover simultaneamente a construção de paz e os direitos das mulheres, apresentando-se como um ponto de convergência pragmático da agenda

MPS. Considero o foco numa estratégia *bottom-up* de empoderamento feminino através da educação, a principal oportunidade com vista inserção das mulheres nos processos de paz, enquanto estimula a promoção dos direitos das mulheres, de acordo com os padrões valorizados pela sociedade afegã e pela comunidade internacional.

#### BIBLIOGRAFIA

- Abu-Lughod, L. (2002). Do Muslim Women Really Need Saving? Anthropological Reflections on Cultural Relativism and Its Others. *American Anthropologist*, 104(3), 783–790. <https://doi.org/10.1525/aa.2002.104.3.783>
- Afsaruddin, A. (sem data). 'ulamā'. Britannica. Obtido 7 de Outubro de 2022, de <https://www.britannica.com/topic/ulama>
- Asma Afsaruddin. (2022, Setembro 8). *Jihad*. Britannica. <https://www.britannica.com/topic/jihad>
- Azarbajani-Moghaddam, S. (2014). *Seeking out their Afghan sisters Female Engagement Teams in Afghanistan*. <https://www.cmi.no/publications/file/5096-seeking-out-their-afghan-sisters.pdf>
- Baptista, P. L. A. (2006). *Afeganistão- Uma análise Geopolítica: Reflexões sobre questões da Paz e da Guerra*. 2451, 0–313. <https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/71>
- Barakat, S., & Wardell, G. (2002). Exploited by whom? An alternative perspective on humanitarian assistance to Afghan women. Em *Third World Quarterly* (Vol. 23, Issue 5, pp. 909–930). <https://doi.org/10.1080/0143659022000028585>
- Beath, A., Christia, F., & Enikolopov, R. (2013). Empowering Women through Development Aid: Evidence from a Field Experiment in Afghanistan. *American Political Science Review*, 107(3), 540–557. <https://doi.org/10.1017/S0003055413000270>
- Bernsteint, H. (1971). Modernization theory and the sociological study of development. *The Journal of Development Studies*, 7(2), 141–160. <https://doi.org/10.1080/00220387108421356>

- Biernacki, P., & Waldorf, D. (1981). Snowball Sampling: Problems and Techniques of Chain Referral Sampling. *Sociological Methods & Research*, 10(2), 141–163. <https://doi.org/10.1177/004912418101000205>
- Carrasco, M., & Mettelsiefen, M. (2020). *Afghanistan The Wounded Land*.
- Cheshmak, F.-S. (2009). CEDAW and Afghanistan. *Journal of International Women's Studies*, 11(1), 136–156. <https://vc.bridgew.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1153&context=jiws>
- Connah, L. (2021). US intervention in Afghanistan: Justifying the Unjustifiable? *South Asia Research*, 41(1), 70–86. <https://doi.org/10.1177/0262728020964609>
- Dorronsoro, G. (2009). *The Taliban's Winning Strategy in Afghanistan*. [https://carnegieendowment.org/files/taliban\\_winning\\_strategy.pdf](https://carnegieendowment.org/files/taliban_winning_strategy.pdf)
- Farhoumand-Sims, C. (2007). Unfulfilled Promises. *International Journal*, 643–663.
- Firchow, P., & Urwin, E. (2022). Not Just at Home or In The Grave: (Mis)Understanding Women's Rights in Afghanistan. *Journal of Intervention and Statebuilding*, 16(1), 59–78. <https://doi.org/10.1080/17502977.2020.1812893>
- Fonseca, J. S. (2022). *A economia do Afeganistão e as consequências do regime taliban*. Público. <https://www.publico.pt/2021/08/19/opiniao/opiniao/economia-afeganistao-consequencias-regime-taliban-1974563>
- Giustozzi, A. (2007). Auxiliary force or national army? afghanistan's 'ANA' and the counter-insurgency effort, 2002–2006. *International Journal of Phytoremediation*, 18(1), 45–67. <https://doi.org/10.1080/09592310601173220>
- Giustozzi, A. (2015). *Women's Rights, Taliban, and Reconciliation: An Overview*. <http://appro.org.af/wp-content/uploads/2017/03/292589038-2015-11-11-Women-s-Rights-Taliban-And-Reconciliation-An-Overview.pdf>
- Giustozzi, A., & Franco, C. (2013). *The Ongoing Battle for the Schools Uprisings, Negotiations and Taleban Tactics*. [https://www.afghanistan-analysts.org/wp-content/uploads/2013/06/20130610\\_AAN\\_Taleban\\_and\\_Schools\\_FINAL.pdf](https://www.afghanistan-analysts.org/wp-content/uploads/2013/06/20130610_AAN_Taleban_and_Schools_FINAL.pdf)

- Goodhand, J., & Sedra, M. (2010). Who owns the peace? Aid, reconstruction, and peacebuilding in Afghanistan. *Disasters*. <https://doi.org/10.1111/j.0361-3666.2009.01100.x>
- Hirschkind, C., & Mahmood, S. (2002). Feminism, the Taliban, and Politics of Counter-Insurgency. Em *Source: Anthropological Quarterly* (Vol. 75, Issue 2). [https://www.jstor.org/stable/pdf/3318265.pdf?refreqid=excelsior%3Ae5575be9849e7ea8f3b8b5f4493c7fce&ab\\_segments=&origin=](https://www.jstor.org/stable/pdf/3318265.pdf?refreqid=excelsior%3Ae5575be9849e7ea8f3b8b5f4493c7fce&ab_segments=&origin=)
- Høvring, R. (2019, Setembro 10). *Sounding the alarm about the lack of schools*. NRC. <https://www.nrc.no/news/2019/september/sounding-the-alarm-about-the-lack-of-schools/>
- Ibrahimi, S. S. (2020, Dezembro 8). One Side—Not Both—is Increasing Violence in Afghanistan. *Tolo News*. <https://tolonews.com/afghanistan-168344>
- Islamic Republic of Afghanistan. (2007). *National Action Plan For The Women Of Afghanistan* (NAPWA). <https://www.aidsdatahub.org/sites/default/files/resource/national-action-plan-women-afghanistan-2007-2017.pdf>
- J. D. Sandole, D., & Staroste, I. (2015). Making the Case for Systematic, Gender-Based Analysis in Sustainable Peace Building. *Conflict Resolution Quarterly*, 22(2).
- Jackson, A. (2011). *High Stakes: Girl's Education in Afghanistan*. [https://books.google.pt/books?id=J\\_JgTpxOmIsC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.pt/books?id=J_JgTpxOmIsC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)
- J.D. Sandole, D., & Staroste, I. (2015). Making the Case for Systematic, Gender-Based Analysis in Sustainable Peace Building. *Conflict Resolution Quarterly*, 33(2), 119–147. <https://doi.org/10.1002/crq.21147>
- Justino, P., Mitchell, R., & Müller, C. (2018). Women and Peace Building: Local Perspectives on Opportunities and Barriers. *Development and Change*, 49(4), 911–929. <https://doi.org/10.1111/dech.12391>
- Khan, H. M. (2015). *Islamic Law, Customary Law, and Afghan Informal Justice*. <https://www.usip.org/sites/default/files/SR363-Islamic-Law-CustomaryLaw-and-Afghan-Informal-Justice.pdf>

- Kidane, Y. (2014). Women's Leadership Role in Post-Conflict Peace-Building Process. *Journal of African Union Studies*, 3(3), 87–101. <https://doi.org/10.2307/26893866>
- Krause, J., Krause, W., & Bränfors, P. (2018a). Women's Participation in Peace Negotiations and the Durability of Peace. *International Interactions*, 44(6), 985–1016. <https://doi.org/10.1080/03050629.2018.1492386>
- Krause, J., Krause, W., & Bränfors, P. (2018b). Women's Participation in Peace Negotiations and the Durability of Peace. *International Interactions*, 44(6), 985–1016. <https://doi.org/10.1080/03050629.2018.1492386>
- Lang, H. (2022). *Fit for Purpose: Getting Humanitarian Aid Right in Afghanistan One Year after the Taliban Takeover*. <https://www.refugeesinternational.org/reports/2022/8/16/fit-for-purpose-getting-humanitarian-aid-right-in-afghanistan-one-year-after-the-taliban-takeover>
- Li, M., Rao, K., Natiq, K., Pasha, O., & Blum, R. (2018). Coming of Age in the Shadow of the Taliban: Adolescents' and Parents' Views Toward Interpersonal Violence and Harmful Traditional Practices in Afghanistan. *American Journal of Public Health*, 108(12), 1688–1694. <https://doi.org/10.2105/AJPH.2018.304697>
- Lister, S., & Pain, A. (2004). *Trading in Power: The Politics of «Free» Markets in Afghanistan*. <https://areu.org.af/publication/423/>
- Madeira, N. (2022, Agosto 30). *ONU alerta para crise humanitária no Afeganistão*. Euronews. <https://pt.euronews.com/2022/08/30/onu-alerta-para-crise-humanitaria-no-afeganistao>
- Maududi, A. A. (1939). *Purdah And The Statues Of Women In Islam*. [https://islamicstudies.info/literature/purdah\\_status\\_women\\_islam.pdf](https://islamicstudies.info/literature/purdah_status_women_islam.pdf)
- Ministry of Education, Islamic Republic of Afghanistan, Samuel Hall, & UNICEF. (2018). *All in School and Learning: Global Initiative on Out-Of-School Children – Afghanistan Country Study*. <https://www.unicef.org/afghanistan/media/2471/file/afg-report-oocs2018.pdf%20.pdf>
- Ministry of Education of Afghanistan. (2015). *Education for All 2015 National Review Report: Afghanistan*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000232702>

- Misra, A. (2002). Afghanistan: the politics of post-war reconstruction. *Conflict, Security & Development*, 2(3), 5–27. <https://doi.org/10.1080/14678800200590617>
- Moosa, Z., Rahmani, M., & Webster, L. (2013). From the private to the public sphere: new research on women's participation in peace-building. *Gender & Development*, 21(3), 453–472. <https://doi.org/10.1080/13552074.2013.846585>
- MPI. (2015). *Family Structures and Family Law in Afghanistan*. [https://www.mpipriv.de/1187092/mpi-report\\_on\\_family\\_structures\\_and\\_family\\_law\\_in\\_afghanistan.pdf](https://www.mpipriv.de/1187092/mpi-report_on_family_structures_and_family_law_in_afghanistan.pdf)
- O. Nosworthy, M. (2020, Abril 24). *Jirga/ Shura (Afghanistan)*. Global Informality Project. [https://www.informality.com/wiki/index.php?title=Jirga/\\_Shura\\_\(Afghanistan\)](https://www.informality.com/wiki/index.php?title=Jirga/_Shura_(Afghanistan))
- Pain, A., & Shah, S. M. (2009). *Policymaking in Agriculture and Rural Development in Afghanistan*. [https://areu.org.af/wp-content/areu\\_publications/2016/01/912E-ARD-Policy-Process-CS-print.pdf.pdf](https://areu.org.af/wp-content/areu_publications/2016/01/912E-ARD-Policy-Process-CS-print.pdf.pdf)
- Peace Women. (2019). *About Women, Peace and Security in the Security Council*. Peace Women. <https://www.peacewomen.org/security-council/WPS-in-SC-Council>
- Porter, E. (2003). Women, Political Decision-Making, and Peace-Building. *Global Change, Peace & Security*, 15(3), 245–262. <https://doi.org/10.1080/0951274032000124965>
- Qazi Zada, S. (2021). Breach of Afghanistan's international obligations using the due diligence standard to combat violence against women. *The International Journal of Human Rights*. <https://doi.org/10.1080/13642987.2021.1895764>
- Rahman, F. (2018). Narratives of Agency: Women, Islam, and the Politics of Economic Participation in Afghanistan. *Journal of Internacional Women's Studies*, 19(3), 59–70. <http://vc.bridgew.edu/jiwshttp://vc.bridgew.edu/jiws/vol19/iss3/6>
- Romain Malejacq. (2021, Julho 21). *The Past and Future of Afghan Warlords*. Clingendael. <https://spectator.clingendael.org/en/publication/past-and-future-afghan-warlords>

- Rubin, B., & Rudeforth, C. (2016). *Enhancing Access to Education: Challenges and Opportunities in Afghanistan*.  
[https://cic.nyu.edu/sites/default/files/enhancing\\_access\\_education\\_may23\\_final.pdf](https://cic.nyu.edu/sites/default/files/enhancing_access_education_may23_final.pdf)
- Shah, R., Paulson, J., & Couch, D. (2019). The rise of resilience in education in emergencies. *Journal of Intervention and Statebuilding*, 14(3), 303–326.  
<https://doi.org/10.1080/17502977.2019.1694390>
- SIGAR. (2016). *Primary and Secondary Education in Afghanistan: Comprehensive Assessments Needed to Determine the Progress and Effectiveness of Over \$759 Million in DOD, State, and USAID Programs*. <https://www.sigar.mil/pdf/audits/SIGAR-16-32-AR.pdf>
- Singh, S. (2020). In between the ulemas and local warlords in Afghanistan: critical perspectives on the “everyday,” norm translation, and UNSCR 1325. *International Feminist Journal of Politics*, 22(4), 504–525.  
<https://doi.org/10.1080/14616742.2020.1810587>
- Suhrke, A. (2007). Reconstruction as Modernisation: The «post-conflict» project in Afghanistan. *Third World Quarterly*, 28(7), 1291–1308.  
<https://doi.org/10.1080/01436590701547053>
- Tariq, M. O. (2008). *Tribal Security System (Arbakai) in Southeast Afghanistan*.  
<https://assets.publishing.service.gov.uk/media/57a08b9c40f0b652dd000da2/OP7.pdf>
- UN Security Council. (2000, Outubro 24). *Stronger Decision-Making Role for Women in Peace Processes is Called for in Day-Long Security Council Debate [Press Release]*. OCHA. <https://reliefweb.int/report/burundi/stronger-decision-making-role-women-peace-process-called-day-long-security-council>
- UN Women. (2021). *Women’s Rights in Afghanistan: Where are we now?*  
<https://giwps.georgetown.edu/wp-content/uploads/2021/10/WPS-Index-2021-Summary.pdf>

- UN Women. (2022). *Gender-Responsive Conflict Analysis*.  
[https://www.unwomen.org/sites/default/files/2022-03/ap-UN-Women-AFG\\_Gender-responsive-conflict-analysis-en.pdf](https://www.unwomen.org/sites/default/files/2022-03/ap-UN-Women-AFG_Gender-responsive-conflict-analysis-en.pdf)
- UNAMA. (2019). *Quarterly Report on the Protection of Civilians in Armed Conflict: 1 January to 31 March 2019*.  
[https://unama.unmissions.org/sites/default/files/unama\\_protection\\_of\\_civilians\\_in\\_armed\\_conflict\\_-\\_first\\_quarter\\_report\\_2019\\_english\\_.pdf](https://unama.unmissions.org/sites/default/files/unama_protection_of_civilians_in_armed_conflict_-_first_quarter_report_2019_english_.pdf)
- UNAMA, & OHCHR. (2010). *Harmful Traditional Practices and Implementation of the Law on Elimination of Violence against Women in Afghanistan*.  
[https://unama.unmissions.org/sites/default/files/harmful\\_traditional\\_practices\\_english.pdf](https://unama.unmissions.org/sites/default/files/harmful_traditional_practices_english.pdf)
- UNHCR. (2018). *Cash Assistance and Gender*.  
<https://www.unhcr.org/protection/operations/5bbf501b4/cash-assistance-gender-key-considerations-learning.html>
- UNRIC. (2019). “*Corrupção continua a afetar todos os aspetos da vida no Afeganistão*”, *destaca relatório*. UNRIC. <https://unric.org/pt/corruptcao-continua-a-afetar-todos-os-aspetos-da-vida-no-afeganistao-destaca-relatorio/>
- Verma, R. (2021). The Afghan Peace Process: Domestic Fault Lines. *Middle East Policy*, 28(3–4), 172–185. <https://doi.org/10.1111/mepo.12576>
- Walter, B. (2016). The securitization of development and humans’ insecurity in Nangarhar Province, Afghanistan. *Global Change, Peace and Security*, 28(3), 271–287. <https://doi.org/10.1080/14781158.2016.1197896>
- Wani, Z. A. (2021). Afghanistan’s Neo-Taliban Puzzle. *South Asia Research*, 41(2), 220–237. <https://doi.org/10.1177/02627280211000165>
- Wordsworth, A. (2007). *A Matter Of Interest: Gender And The Politics Of Presence In Afghanistan’s Wolesi Jirga*. <https://areu.org.af/wp-content/uploads/2016/01/711E-A-Matter-of-Interest-IP-print.pdf>
- Yousufi, F. (2021). The Prospect of Women’s Rights in the Post-Taliban-Government Peace Agreement. *Journal of International Women’s Studies*, 22(9), 1–18. <https://vc.bridgew.edu/jiws/vol22/iss9/1>

ANEXOS

ANEXO I- MAPA DO AFGANISTÃO COM DISTRIBUIÇÃO ÉTNICA

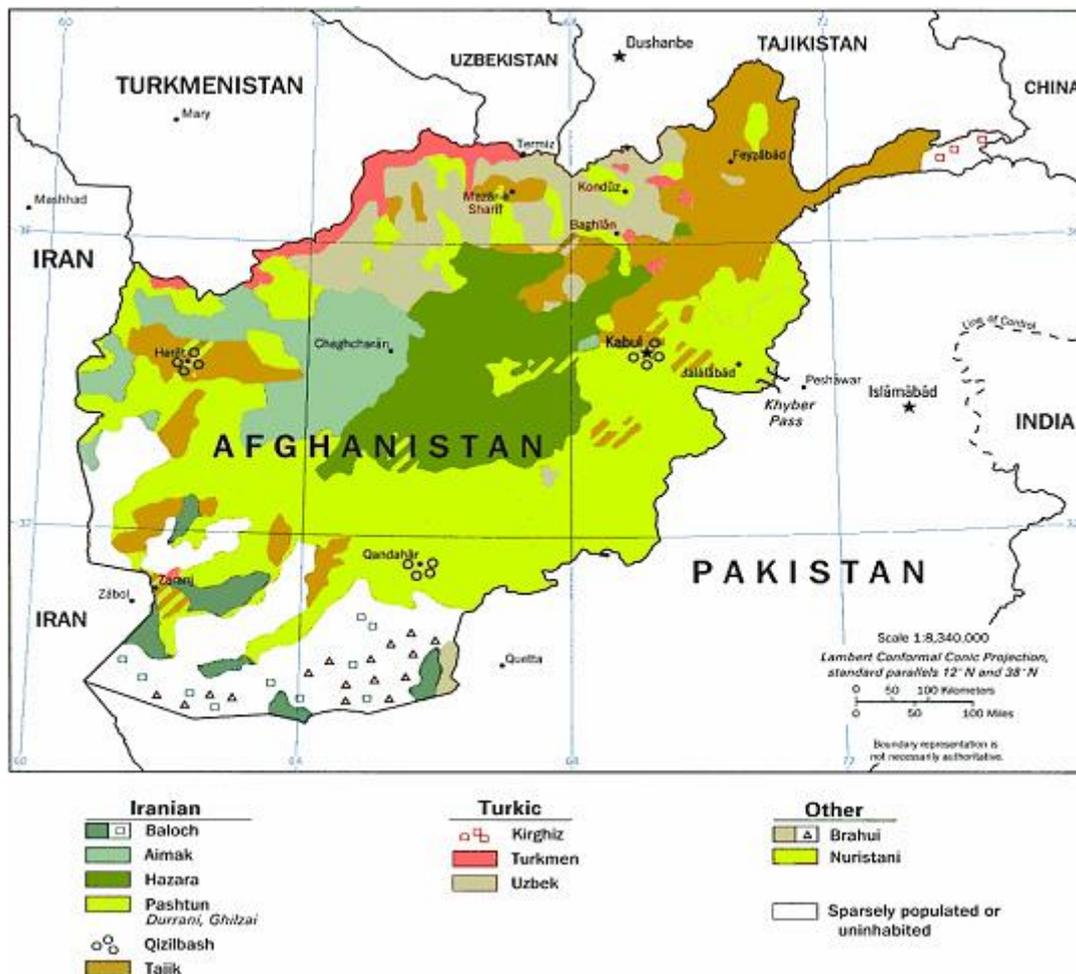


Fig. 1. Mapa do Afeganistão com contexto regional e distribuição étnica

(Baptista, 2006, p. 39)

ANEXO II- CARTA DE CONSENTIMENTO

Research project title: *Women's Intervention in the Afghanistan Peace Process*

Research Investigator: Carolina Condeço Cunha

Research Participant:

I agree to participate in the research project led by Carolina Cunha, master's student in Development and International Cooperation at ISEG- Lisbon School of

Economics and Management, University of Lisbon, under the guidance of Professor Rosana Albuquerque.

I agree that taking part in this project will include being interviewed. I understand that my answers will be kept strictly confidential. I understand that my name will not be linked with the research material.

I confirm that my participation is voluntary. Furthermore, if I do not wish to answer any question or questions, I am free to decline.

I agree to have this interview recorded. I understand that the audio recording made of this interview will be used only for analysis and data extraction.

I have read and understand the explanation provided. I have had all my questions answered to my satisfaction, and I voluntarily agree to participate in this study.

Participant's Signature

Researcher's Signature

Date:

### ANEXO III- GUIÃO DA ENTREVISTA

| Question   | Secondary Question   |
|--|--|
| What is your role in the organization?   |  |
| At the present time, what initiatives does the organization promote to combat the humanitarian crisis?   | Do you consider the current initiatives to be adequate? What voice do women have in these initiatives? |
| Is the organization participating in any action plans proposed by the UN? If yes, at what level?   | What do you think of these initiatives and action plans? Are they adequate?                            |
| Are these initiatives different from those applied before the Taliban takeover (August 2021)? - Both initiatives proposed by the UN and by the organization. | If yes, why?   |

|   |  |
|---|--|
| What do you consider the challenges and limitations of Afghan women in the implementation of peace processes? |  |
| What are the opportunities for Afghan women in the implementation of peace processes?                         |  |
| How can women be placed in a prominent position in the measures implemented?                                  | How to insert women in a central position in the decision making of these initiatives? |
| Do you think new initiatives should be implemented?   | What kind of new initiatives could be implemented?                                     |

## ANEXO IV – LISTAGEM DOS/AS ENTREVISTADOS/AS

| <b>Atribuição</b> | <b>Posição</b>  |
|-------------------|---|
| A                 | Ativista de minorias de género, diretora de duas organizações, uma que visa o empoderamento das mulheres afegãs e outra a proteção da comunidade LGBTQ+ afegã. Integra o quadro anual das 100 mulheres mais influentes pela BBC.  |
| B                 | Diretora de uma organização de assistência jurídica no Afeganistão e membro de vários grupos que advogam mudanças políticas. Representa extensivamente a nível internacional, a luta pelos direitos das mulheres, salientando as preocupações das mulheres afegãs.  |
| C                 | Diretora de estratégia e comunicações de uma organização que promove a implementação de programas educacionais para raparigas e mulheres no Afeganistão. A organização concentra o seu trabalho nas áreas remotas das altas zonas montanhas, onde as taxas de alfabetização são muito baixas.                         |
| D                 | Ativista da sociedade civil, diretor de uma organização que promove a educação e a igualdade de género no Afeganistão. É membro do secretariado de uma união de organizações da sociedade civil afegã e representante pelo Afeganistão em conferências e comités de paz lideradas pelo parlamento europeu e pela ONU. |
| E                 | O diretor, acompanhado pelos quadros superiores de uma organização (obs.: entrevista em grupo), que providencia cuidados de saúde primários a mulheres e crianças, e desenvolve projetos de empoderamento feminino, através de programas de alfabetização e de formação profissional.                                 |

|   |   |
|---|---|
| F | Diretora de uma organização de advocacia focada na amplificação das vozes de mulheres afetadas pelo conflito, a fim de abordar as questões interligadas de paz e justiça, governação e segurança. A organização trabalha no Afeganistão, Paquistão e Índia.   |
| G | Gestor de programas de uma organização que pretende melhorar as condições de vida de mulheres, crianças, pessoas com deficiência, deslocados internos e retornados; bem como a sua participação na tomada de decisões políticas e no processo de paz. A organização opera em larga escala no Afeganistão, com programas nas áreas da reinserção, educação, direitos humanos, agricultura e saúde. |
| H | Diretora de uma organização que luta pela eliminação da violência contra as mulheres e o reforço do papel destas nos processos de tomada de decisão. A organização promove iniciativas de advocacia, e proporciona ações de capacitação e formação vocacional de mulheres.  |